



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

PERFIL DO DISTRITO DE CHINDE PROVÍNCIA DA ZAMBÉZIA



Edição 2005

A informação incluída nesta publicação provém de fontes consideradas fiáveis e tem uma natureza informativa, não constituindo parecer profissional sobre a estratégia de desenvolvimento local. As suas conclusões não são válidas em todas as circunstâncias. Noutros casos, deverá ser solicitada opinião específica ao Ministério da Administração Estatal ou à firma MÉTIER - Consultoria & Desenvolvimento, Lda.

Série: Perfis Distritais

Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal

Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local

Copyright © 2005 Ministério da Administração Estatal.

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.metier.co.mz>

Índice

Prefácio	v
Siglas e Abreviaturas	vii
MAPA DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO DISTRITO	viii
1 Breve Caracterização do Distrito	1
1.1 Localização, Superfície e População	1
1.2 Clima e Hidrografia	1
1.3 Relevo e Solos	2
1.4 Infra-estruturas	4
1.5 Economia e Serviços	5
2 História, Política e Sociedade Civil	8
2.1 História e cultura	8
2.2 Cenário político actual e sociedade civil	9
3 Demografia	12
3.1 Estrutura etária e por sexo	12
3.2 Traço sociológico	12
3.3 Línguas faladas	13
3.4 Analfabetismo e Escolarização	14
4 Habitação e Condições de Vida	15
5 Organização Administrativa e Governação	17
5.1 Governo Distrital	17
5.2 Reforma do sector público	20
5.3 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais	21
5.3.1 Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural	22
5.3.2 Obras Públicas e Habitação	22
5.3.3 Educação e Saúde	23
5.3.4 Cultura, Juventude e Desporto	24
5.3.5 Mulher e Coordenação da Acção Social	24
5.3.6 Justiça, Ordem e Segurança pública	25
5.4 Finanças Públicas	26
5.5 Constrangimentos à acção do Governo Distrital	27
5.6 Participação comunitária	27
5.7 Apoio externo	28
6 Posse e Uso da Terra	29
6.1 Posse da terra	29
6.2 Trabalho agrícola	30
6.3 Utilização económica do solo	30

6.3.1	Agricultura	30
6.3.2	Pecuária e Avicultura	31
6.3.3	Produção não agrícola	31
7	Educação	32
8	Saúde e Acção Social	35
8.1	Cuidados de saúde e quadro epidémico	35
8.2	Acção Social	36
9	Género	38
9.1	Educação	38
9.2	Actividade económica e exploração da terra	39
9.3	Governação	40
10	Actividade Económica	41
10.1	População economicamente activa	41
10.2	Orçamento familiar	42
10.3	Segurança alimentar e estratégias de sobrevivência	43
10.4	Infra-estruturas de base	44
10.5	Agricultura e Desenvolvimento Rural	45
10.5.1	Infra-estruturas e equipamento	45
10.5.2	Produção agrícola e sistemas de cultivo	47
10.5.3	Pecuária	48
10.5.4	Pescas, Florestas e Fauna bravia	48
10.6	Indústria, Comércio e Serviços	49
	Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito do Chinde	51
	Documentação consultada	52
	 Caixas de texto	
	Foto 1: Regadio de Sombo	46
	Foto 2: Regadio de Matilde-Chacuma	46
	 Lista de tabelas	
	TABELA 1: População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005	12
	TABELA 2: Agregados, segundo a dimensão e o tipo sociológico	13
	TABELA 3: População, segundo o estado civil e a crença religiosa	13
	TABELA 4: População, consoante o conhecimento de Português	13
	TABELA 5: População, por condição de alfabetização, 1997	14
	TABELA 6: Famílias, tipo de casa e condições básicas de vida	15
	TABELA 7: População e frequência escolar	32

TABELA 8:	População, por nível de ensino que frequenta	33
TABELA 9:	População, por nível de ensino concluído	33
TABELA 10:	Escolas, alunos e professores, 2003	34
TABELA 11:	Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003	35
TABELA 12:	Indicadores de cuidados de saúde, 2003	35
TABELA 13:	População, por condição de orfandade, 1997	36
TABELA 14:	População deficiente, por idade e residência, 1997	37
TABELA 15:	População activa, por ramo de actividade, 2005	42
TABELA 16:	Rede de estradas	44
TABELA 17:	Produção agrícola, por principais culturas: 2000-2003	48

Lista de figuras

FIGURA 1:	Famílias, por condições básicas de vida.....	15
FIGURA 2:	Habitações, por tipo de materiais usados	15
FIGURA 3:	Habitações, segundo a fonte de abastecimento de água.....	16
FIGURA 4:	Estrutura do orçamento distrital, 2004	26
FIGURA 5:	Estrutura de exploração agrária da terra	30
FIGURA 6:	Explorações e área, por culturas principais	31
FIGURA 7:	População, por nível de ensino que frequenta	32
FIGURA 8:	Quadro epidémico, 2003.....	36
FIGURA 9:	Indicadores de escolaridade, por sexos.....	38
FIGURA 10:	Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado.....	39
FIGURA 11:	População activa, por ramo de actividade, 2005.....	41
FIGURA 12:	Consumo familiar, por grupo de produtos e serviços	42
FIGURA 13:	Distribuição das famílias, segundo o rendimento mensal	43



Prefácio



Com 800 mil km² de superfície e uma população de 19,5 milhões de habitantes, Moçambique inicia o séc. XXI, com exigências inadiáveis de engajamento de todos os níveis da sociedade e dos vários intervenientes institucionais e parceiros de cooperação, num esforço conjugado de combate à pobreza e desigualdade e de promoção do desenvolvimento económico e social do País.

Efectivamente, alcançar estes propósitos, num contexto de interdependência dos objectivos de reconstrução e desenvolvimento com os do crescimento, requer o empenho de todos os sectores, grupos e comunidades da sociedade moçambicana.

Na esfera da governação, esta exigência abrange todos os níveis territoriais e cada uma das instituições públicas, estando a respectiva política do Governo enunciada nos preceitos Constitucionais sobre a Descentralização e a Reforma do Sector Público.

A Lei dos Órgãos Locais, n.º 8/2003 de 27 de Março, ao estabelecer os novos princípios e normas de organização, competências e de funcionamento destes órgãos nos escalões de província, distrito, posto administrativo e localidade, dotou o processo de um novo quadro jurídico que reforça e operacionaliza a importância estratégica da governação local.

Neste contexto, o *Distrito* é um conceito territorial e administrativo essencial à programação da actividade económica e social e à coordenação das intervenções das instituições nacionais e internacionais. Avaliar o potencial distrital e o seu grau de sustentabilidade, bem como o nível de ajustamento do respectivo aparelho administrativo e técnico às necessidades do desenvolvimento local, é, pois, um passo primordial.

É, neste contexto, que o Ministério da Administração Estatal elaborou e procede à publicação dos Perfis dos 128 Distritos de Moçambique.

Fá-lo, numa abordagem integrada com o processo de fortalecimento da gestão e planificação locais, proporcionando – para cada distrito, no período que medeia 2000 a 2004 – uma avaliação detalhada do grau local de desenvolvimento humano, económico e social.

Estamos certos que este produto, apetrechará as várias Instituições públicas e privadas, nacionais ou internacionais, com um conhecimento de todo o país, que potencia o prosseguimento coordenado das acções de combate à pobreza em Moçambique.



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

Efectivamente, entendemos os Perfis Distritais como um contributo para um processo de gestão que integra, por um lado, os aspectos organizacionais e de competências distritais e, por outro, as questões decorrentes do desenvolvimento e da descentralização nas áreas da planificação e da afectação e gestão dos recursos públicos.

A presidir à definição do seu conteúdo e estrutura, está subjacente a intenção de fortalecer um ambiente de governação:

- dominado pela visão estratégica local e participação comunitária;
- promotor da gradual implementação de modelos de negócio da administração distrital ajustados às prioridades da região, ao quadro de desconcentração de competências e ao sistema de afectação de recursos públicos; e
- integrado em processos de apropriação local na decisão e responsabilização na execução.

Para a sua elaboração, foram preciosos os contributos recebidos de várias instituições ao nível central e local, de que destacamos, todos os Governos Provinciais e Distritais, o Instituto Nacional de Estatística, o Ministério do Plano e Finanças, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde.

A todos os intervenientes e, em particular aos Administradores de Distrito, que estas publicações sejam consideradas como um gesto de agradecimento e devolução. Uma menção de apreço, ainda, ao grupo MÉTIER, Consultoria e Desenvolvimento, pela assistência técnica prestada na análise da vasta informação recolhida.

A finalizar, referir que a publicação destes Perfis insere-se num esforço continuado, por parte do Ministério da Administração Estatal e da sua Direcção Nacional de Administração Local, de monitoria do desenvolvimento institucional da administração pública local e do seu gradual ajustamento às exigências do desenvolvimento e crescimento em Moçambique.

Entusiasmamos, pois, todas as contribuições e comentários que possam fazer chegar a essa Direcção Nacional, no sentido de melhorar e enriquecer o conteúdo futuro dos Perfis.

Maputo, 25 de Setembro de 2005.

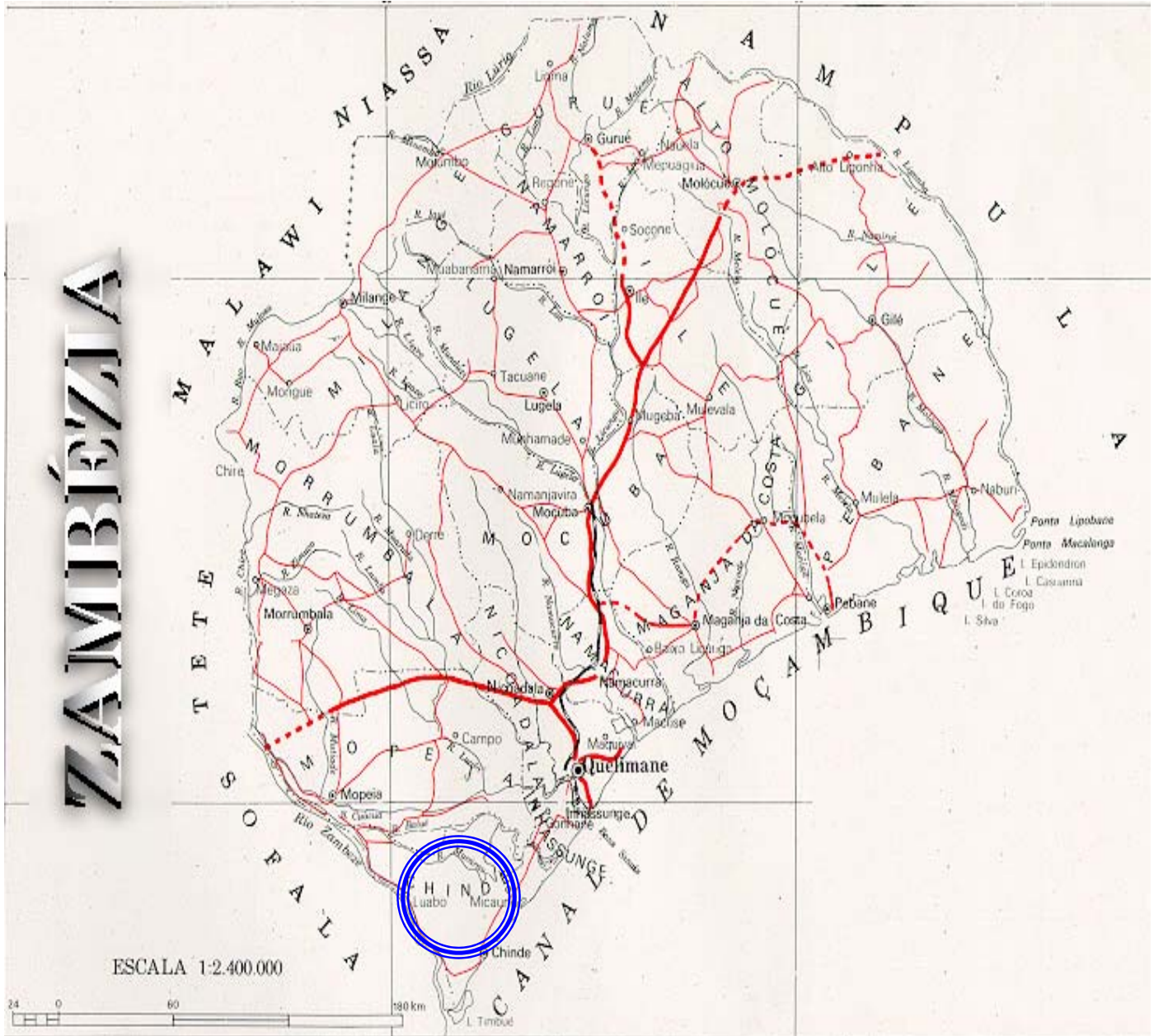
Lucas Chómera Jeremias

Ministro da Administração Estatal

Siglas e Abreviaturas

AD	Administração Distrital
DDADR	Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DDMCAS	Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social
DNAL	Direcção Nacional da Administração Local
DNPO	Direcção Nacional do Plano e Orçamento
EDM	Electricidade de Moçambique
EN	Estrada Nacional
IAF	Inquérito aos agregados familiares, sobre o orçamento familiar
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRDF	Inquérito às receitas e despesas das famílias
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MAE	Ministério da Administração Estatal
MPF	Ministério do Plano e Finanças
PA	Posto Administrativo
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRM	Polícia da República de Moçambique
TDM	Telecomunicações de Moçambique
PSAA	Pequeno Sistema de Abastecimento de Água

MAPA DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO DISTRITO



1 Breve Caracterização do Distrito

1.1 Localização, Superfície e População

O distrito de Chinde está situado mais a sul da Província da Zambézia, tendo como principais limites a Sul, Sudoeste, Sudeste e Este o Rio Zambeze e o Oceano Índico respectivamente, e a Norte, Nordeste e Noroeste pelos distritos de Inhassunge e Mopeia respectivamente. A capital do distrito é a Vila de Chinde.

Com uma superfície¹ de 4.351 km² e uma população recenseada em 1997 de 129.115 habitantes e estimada, à data de 1/1/2005, em 160.206 habitantes, o distrito tem uma densidade populacional de 37.7 hab/km².

A relação de dependência económica potencial é de aproximadamente 1:1.1, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 11 pessoas em idade activa.

A população é jovem (44%, abaixo dos 15 anos de idade), maioritariamente feminina (taxa de masculinidade de 48%) e de matriz rural (taxa de urbanização de 17%).

1.2 Clima e Hidrografia



Podem-se diferenciar duas estações climáticas, baseadas na temperatura e precipitação - um verão chuvoso durante o qual o clima é sub-húmido e muito quente e um inverno seco em que o clima é semiárido e quente - separadas por um curto período de transição.

A região é limitada pela isoieta da precipitação média anual de 1,200 mm. A duração da estação chuvosa varia conforme o afastamento do mar sendo de cerca de 6-7 meses. Em geral, a estação chuvosa começa de uma forma brusca em meados de Novembro, estendendo-se até Abril, por vezes até princípios de Maio junto à costa, diminuindo à medida que se afasta do mar para o interior e durando 4-5 meses, de Novembro até finais de Março/princípios de Abril.

As temperaturas na região ao longo do delta e faixa costeira são altas, sendo a temperatura média anual da ordem dos 25°C-26°C e as temperaturas médias dos meses mais quentes e daqueles mais frescos de, respectivamente, 27°C-28°C e 20°C-22°C. A temperatura máxima

¹ Direcção Nacional de Terras CADASTRO NACIONAL DE TERRAS <http://www.dinageca.gov.mz/dnt/>

media varia, durante os meses mais quentes, entre 34°C e 36°C, com uma amplitude média anual de 7,2°C (27,7°C no mês de Fevereiro e 20,5°C em Julho).

A humidade relativa média anual é de 75.4%, com o valor médio mensal mais alto de 81.0% em Julho e junto ao mar e ao Zambeze e o mais baixo de 68% em Outubro, podendo-se considerar o período de Novembro a Abril como o mais húmido.

Os valores de evapotranspiração potencial (ETP) obtidos pelo uso da formula de Penman indicam que este elemento climático, na região de estudo, é de 1538 mm. O clima da região segundo a classificação de Thornthwaite é do tipo C1 (sub-húmido seco) de transição entre os climas do tipo semi-árido para o dos climas húmidos.

1.3 Relevo e Solos

O distrito faz parte de uma região ecológica e sócio-económica importante do delta do rio Zambeze, mais precisamente o Baixo Zambeze. A região é caracterizada por uma extensa planície de inundação do rio Zambeze e seus afluentes, e nela ocorrem sistemas de terras húmidas formadas por planícies aluvionares dos rios, extensos pantanos, pradarias e depressões hidromórficas.

A região do Delta do Zambeze começa em Mopeia aproximadamente a 120 km da costa, e consiste de toda a planície limitada pelo rio Cuacuá, um canal do Zambeze, cujo curso drena em Quelimane nos Bons Sinais, e o próprio Zambeze cujo curso segue para sudeste em direcção à costa. Importa referir que uma das particularidades do distrito do Chinde é a complexa e densa rede hidrográfica, formada por inúmeros riachos e braços de rios ao longo dos quais ocorrem formações florestais densas de mangal, únicas em toda a Bacia do Zambeze.

A região do Baixo Zambeze faz parte do Sistema do Urema, considerado como que uma extensão do Vale do Rift, formado por depósitos aluvionares numa extensão de costa entre a Beira e Quelimane, com cerca de 200 km de costa, e até à confluência do Chire mais para montante do rio Zambeze.

O distrito ocorre todo ele numa única formação geológica do Quaternário (Formações Recentes), denominada por Planície Deltaica Quaternária, sendo a diferenciação baseada no grau de inundação devido não só ao escoamento superficial e padrão de drenagem local, mas também à influência das marés e ao regime de cheias provocado pelos rios Zambeze e

seus tributários.

Nalgumas áreas, os depósitos deltaicos de materiais finos foram recobertos e separados numa série de praias de areias finas. Ocorrem ainda materiais argilosos associados às superfícies de aplanamento dos topos, parcialmente relacionados com terraços resultantes de processos de abrasão marinha; materiais argilo-arenosos de origem fluvial, recobertos posteriormente por outros de origem eólica e aluvionar recentes e, aqueles argilosos de origem flúvio-marinhos.

Os depósitos superficiais incluem quer eluviões quer aluviões. Os aluviões argilosos e limosos ocorrem em grandes áreas da planície costeira e do delta dinâmico do Zambeze. Áreas residuais de areia constituem dunas lineares paralelas a linha de costa actual, esta também bastante dinâmica, como o demonstram a existência de dunas mais recentes cortando as dunas lineares. Na área do delta ocorrem linhas de praia antigas.

Três grandes unidades fisiográficas foram distinguidas na planície deltaica, nomeadamente: (i) a planície costeira (zona de influência de marés associada a ocupação por mangais), (ii) a planície aluvionar (de características hidromórficas) sazonalmente inundada e (iii) o sistema de terraços elevados.

Como se mencionou anteriormente, a maior parte da Planície Costeira e Deltaica do Zambeze e da região a sul geologicamente é caracterizada pela predominância de formações aluvionares do quaternário e eluviões pliocénicas recentes, vulgarmente conhecidas como sistema de terras húmidas devido à grande dinâmica de subsistemas marinhos, estuarinos e pluviais que determinam a diversidade do material de sedimentação superficial e formação dos solos.

Morfologicamente, trata-se de uma extensa planície deltaica e costeira com altitudes compreendidas entre 5 - 20 metros, relevo plano a suavemente ondulado com algumas áreas convexo-côncavas.

Na zona de praias elevadas, predominam areias eólicas finas das dunas com relevo micro-ondulado de dunas paralelas (as manchas de maiores dimensões), enquanto as manchas mais pequenas são representadas por linhas de costa e terraços residuais do plioceno formando ilhas na planície deltaica e dunas pré-estuarinas ligeiramente elevadas.

Na zona halomórfica características da vegetação de mangal, predominam solos muito juvenis e por conseguinte imaturos, permanecendo os materiais originários

nas mesmas condições em que foram depositados, sem que ocorram quaisquer processos pedogenéticos (formação do solo) sobre os mesmos. Isto acontece porque grande parte do material depositado encontra-se saturado de água, cujo nível é fortemente influenciado pela alternância das marés.

As planícies aluvionares hidromórficas estacionalmente inundadas, são caracterizadas pela ocorrência de extensas zonas planas, plano-côncavas e convexo-côncavas, periodicamente alagadas no período de maior pluviosidade ou permanentemente alagadas, extremamente mal drenadas a imperfeitamente drenadas.

Os solos da planície aluvionar recente são de textura mais fina, argilosa, na sua maioria evidenciando um certo grau de hidromorfismo. Solos aluvionares de textura ligeira e media, geralmente com um subsolo contrastante de textura ligeira, são característicos das áreas mais elevadas, dos terraços (formações arenosas do quaternário).

1.4 Infra-estruturas

Com a entrada em funcionamento de 2 batelões, ligando Chinde a Marromeu, passando pelo Posto Administrativo do Luabo, e o melhoramento de algumas vias internas no âmbito do programa de “Comida pelo Trabalho”, financiado pelo P.M.A. e implementado pela Acção Agrária Alemã/Kulima, pode-se afirmar que a circulação de pessoas e bens melhorou significativamente, pese embora o facto do Distrito necessitar de uma ligação marítima com a Capital Provincial Quelimane.

O mau estado das estradas, resultante do facto de há 20 anos as mesmas não beneficiarem de manutenção, agravado pela queda de algumas pontes nos troços Chinde/Luabo/Mopeia e Chinde/Micaúne/Inhassunge, ao longo do período em análise, tornou a estrada Chinde/Micaúne intransitável e a estrada Chinde/Luabo/Mopeia com trânsito bastante difícil.

O acesso ao Distrito é por outro lado facilitado pela existência de uma pista de aterragem e um porto flúvio-marítimo.

O Distrito conta com uma ligação telefónica através do sistema de rádio VHF, que oferece um serviço razoável de comunicação entre os Distritos, não acontecendo o mesmo na ligação interna e com outras Cidades do País.

Há avanços na rede de comunicação via mensagens, com a instalação de 5 unidades de rádios na Matilde, Chimbazo, Sede do Distrito, Luabo-Sede e

Micaúne, além de rádios sectoriais como Saúde, Agricultura, PRM e Grupo Madal. Existem cinco rádio-transmissores e 50 telefones em serviço no distrito.

De acordo com os dados do Censo de 1997, a cobertura de energia eléctrica no distrito é quase nula.

O distrito possui 87 escolas (das quais, 82 do ensino primário nível 1), e está servido por 11 unidades sanitárias, que possibilitam o acesso progressivo da população aos serviços do Sistema Nacional de Saúde, apesar de a um nível bastante insuficiente como se conclui dos seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 16 mil pessoas;
- Uma cama por 3.900 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 8.300 residentes.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitibilidade.

1.5 Economia e Serviços

A agricultura é a actividade dominante e envolve quase todos os agregados familiares. A situação da infra-estrutura de regadio deste distrito é ensombrada pelo abandono do regadio da Sena Sugar (7.000 ha). O regadio encontra-se abandonado, com todas as infra-estruturas de rega destruídas, bem como aquelas associadas ao regadio, tendo sofrido danos consideráveis com as várias cheias do rio Zambeze e seus afluentes nas últimas décadas.

De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, nem sempre bem sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas.

Algumas famílias empregam métodos tradicionais de fertilização dos solos como o pousio das terras, a incorporação no solo de restolhos de plantas, estrume ou cinzas. Para além das questões climáticas, os principais constrangimentos à produção são as pragas, a seca, a falta ou insuficiência de sementes e pesticidas.

Guruè



PÁGINA 5

O sistema de produção predominante nos solos de textura pesada e mal drenados é a monocultura de arroz pluvial (na época chuvosa) seguida por batata doce em regime de camalhões ou matutos (época fresca), enquanto que nos solos moderadamente bem drenados predominam as consociações de milho, mapira, mexoeira, mandica e feijões nhemba e boere. Algodão e cana de açúcar são culturas de rendimento, produzidas em regime de monoculturas. Este sistema de produção é ainda complementado por criações de espécies como gado bovino, caprino, e aves.

As cheias que assolaram o distrito em 2000/01 foram devastadoras, levando a perdas significativas na campanha agrícola e afectando grande parte da população do distrito. Somente em 2003, após o período de seca e estiagem que se seguiu e a reabilitação de algumas infra-estruturas, se reiniciou timidamente a exploração agrícola do distrito e a recuperação dos níveis de produção.

O fomento pecuário no distrito tem sido fraco. Porém, dada a tradição na criação de gado e algumas infra-estruturas existentes, verificou-se algum crescimento do efectivo pecuário.

Dada a existência de áreas de pastagem, há condições para o desenvolvimento da pecuária, sendo as doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão, os principais obstáculos ao seu desenvolvimento.

Os mangais são uma importante fonte de fornecimento de lenha para os agregados familiares do distrito de Chinde.

O desflorestamento e a erosão dos solos são problemas que afectam sobremaneira o distrito de Chinde.

No âmbito das Florestas e Fauna Bravia, há a registar avanços na contenção da erosão dos solos, com o plantio de mais de 6.000 mudas de espécies de mangal e casuarinas.

A fauna bravia não tem grande importância em termos de turismo. A pesca constitui outra fonte de alimentação e de rendimento para as famílias, encontrando-se registados 400 pescadores de pequena escala neste distrito costeiro. A pesca é importante para os agregados familiares de Chinde, quer como fonte directa de alimento, quer como fonte de rendimento.

A pequena indústria local (pesca, carpintaria e artesanato) surge como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade.

A maior instalação industrial no distrito de Chinde era a refinaria de açúcar da Sena Sugar Estates. Existem, ainda, cinco moagens operacionais (4 sediadas no PA do Luabo e 1 na Sede do distrito) e uma serração (inoperacional). Com a destruição da fábrica de açúcar do Luabo, o distrito ficou desprovido de actividade industrial de vulto o que, consequentemente, abalou o seu desenvolvimento económico e social. A Empresa Grupo Madal, possui um extenso palmar e gado bovino.

A integração do distrito nos circuitos comerciais é fraca. Existem ligações comerciais esporádicas, por via marítima, com Quelimane, a capital da província. Consequentemente, os produtos locais são geralmente comercializados nos mercados de Chinde e Luabo e, ocasionalmente, em Marromeu, na outra margem do rio Zambeze.

Na área do Turismo, em coordenação com as autoridades administrativas da base e as comunidades, foram identificados locais com interesse turístico, tendo a informação sido posteriormente encaminhada à Direcção Provincial do Turismo. Durante o período em análise, registou-se uma afluência sempre crescente de Turistas na Reserva do Bravio Marinha SAFARI, no Posto Administrativo de Micaúne.

O distrito não dispõe de um sistema formal de crédito e o Banco Austral é a única dependência bancária do distrito.

2 História, Política e Sociedade Civil

2.1 História e cultura

Por volta do século VII viveu na zona que constitui hoje o território do distrito do Chinde uma tribo passiva chefiada pelo Supremo Chefe Chinde, que se supõe tenha vindo de Cassicasse, região norte da Província, atravessando o rio Abreu. Mais tarde, devido à situação geográfica desfavorável da região, acabou vindo fixar-se na região de Mutmane perto do rio Kumangue. Este Chefe detinha poderes políticos, jurídicos, religiosos e administrativos.

Penetração estrangeira

Os primeiros povos a penetrar no distrito do Chinde foram os árabes que com o decorrer do tempo acabaram por se fixar junto da foz do rio Kumangue onde vivia o Régulo Chinde, actual Vila do Chinde.

Os árabes logo ali estabeleceram o comércio com os “chindus”, o qual consistia na troca de produtos locais com missangas, tecidos de seda, pulseiras, etc. O Régulo Chinde aceitou pacificamente a dominação árabe. Os árabes, motivados pela supremacia comercial foram construindo postos fixos de pau-a-pique para o desenvolvimento da actividade comercial.

Com a chegada dos portugueses, tanto os árabes como os “chindus” acabaram por se submeter à dominação colonial portuguesa.

Os portugueses logo foram criando as suas estruturas para melhor poderem subjugar o povo. Destas estruturas contam-se os régulos, regedores (Nhakauas) sipaios e cabos de terra, cuja principal actividade era a procura de mão-de-obra barata para as plantações de cana-de-açúcar e coqueiros a troco de um salário miserável.

Outro aspecto importante a salientar da influência colonial neste distrito é o facto desta se ter deparado com a grande passividade da população e do próprio chefe Chinde que não reagia contra nenhuma ordem imposta pelo invasor. Pelo contrário, ele próprio colaborava na entrega do seu pessoal aos estrangeiros que penetravam para o interior através do rio Zambeze.

Como materialização da exploração da mão-de-obra barata surge a Companhia Madal, instalada entre os rios Abreu e Kumangue, o prazo de Nhantombo, influenciado pela Companhia Sena Sugar Estates e a Sul do rio Kumangue o prazo Chinde

que abrange a área de Muimone, Muangume, Pangalane, Nicungume e Pianga que serve de fronteira natural com a província de Sofala.

Neste processo de desenvolvimento histórico surge o imposto de palhota (mussoco) que era pago em produtos (arroz) ou em dinheiro. Com o aparecimento da moeda (escudo) por volta de 1922, este imposto foi estabelecido em 30\$00 para as mulheres e 35\$00 para os homens.

Trabalho forçado

Com a subida do imposto de palhota, as pessoas que não conseguiam entregar a importância necessária eram obrigadas a realizar serviços pesados nos campos de açúcar em Marromeu, Luabo e no prazo de Nhantomba.

Mais tarde, com a chegada do novo administrador local, intensifica-se o trabalho forçado que resultou na abertura do Aeródromo do Chinde de terra planada e da estrada que liga à Vila.

Cultura

A população do Chinde é muito arreigada aos seus usos e costumes. As tatuagens feitas pelas mulheres na região da barriga, ancas e peito era uma forma de realçarem a sua beleza e de despertarem o interesse nos homens, sendo que as mulheres desprovidas destas tatuagens eram desprezadas não só pelas outras mulheres mas, principalmente, pelos homens.

Para além destas tatuagens, as mulheres furavam as orelhas para colocarem brincos, colares de missangas no pescoço e nos quadris e enrolavam fios dourados nos tornozelos. Usavam normalmente uma capulana atada por uma fita de pano “Nheca” e uma blusa normalmente de mangas compridas “badju”.

Hábitos alimentares

Os povos do Chinde têm como base alimentar o arroz e a farinha de mexoeira. Com esta farinha é preparada uma bebida tradicional, a “cabanga”, muito utilizada durante as cerimónias tradicionais.

2.2 Cenário político actual e sociedade civil

A *liderança tradicional* é assegurada pelos seguintes representantes do poder ao nível da comunidade:





- Régulos e Secretários de Bairros;
- Chefes de Grupos de Povoações;
- Chefe da Povoação;
- Chingore;
- Outras personalidades na comunidade respeitadas e legitimadas pelo seu papel social, cultural, económico e religioso.

Na liderança tradicional existe uma espécie de divisão de trabalho e de funções entre os diferentes líderes das comunidades. Assim, os Secretários têm hoje como função principal a mobilização da comunidade para as tarefas sociais e económicas. Os líderes tradicionais tratam principalmente dos aspectos tradicionais, tais como, cerimónias, ritos e conflitos sociais.

No âmbito da implementação do Decreto 15/2000 sobre as autoridades comunitárias de 1ª e 2ª linhas (régulos, chefes de terras e secretários de bairro), de acordo com as entidades provinciais e distritais, foi levado a cabo um trabalho de divulgação do mesmo em todos os Postos Administrativos, Localidades, Aldeias e Povoações, tendo sido envolvidas todas as camadas sociais.

A divulgação do Decreto 15/2000, de 20 de Junho, constituiu uma das tarefas realizadas durante o decurso do ano 2002, tendo possibilitado a legitimação de 405 Líderes Comunitários do 1º ao 3º escalão, entre Régulos e Secretários. Deste número foram reconhecidos 16, todos do 1º escalão.

A relação entre a Administração do Distrito e as Autoridades Comunitárias é positiva e tem contribuído para a solução dos vários problemas locais, nomeadamente os surgidos devido aos conflitos de terras existentes no distrito e outros que caem no âmbito das suas competências, nomeadamente:

- Colaboração na manutenção da Paz e harmonia social;
- Articulação com os tribunais comunitários na resolução de conflitos de natureza civil, tomando em conta os usos e costumes locais;
- Mobilização e organização das populações para construção e manutenção de fontes de abastecimento de água e aumento da área de produção;
- Mobilização das comunidades locais na manutenção das vias de acesso, locais sagrados e construção de latrinas melhoradas;

-
- Educação cívica das comunidades sobre o uso sustentável e gestão de recursos naturais, incluindo a prevenção das queimadas descontroladas e caça ilegal;
 - Mobilização e organização das populações para o pagamento do Imposto de Reconstrução Nacional;
 - Mobilização dos pais e encarregados de educação para mandarem os seus filhos à escola, principalmente as raparigas; e
 - Divulgação das Leis, deliberação dos Órgãos Locais do estado e outras informações úteis à comunidade.

Através dos líderes comunitários, as populações têm-se envolvido na busca de soluções para os problemas existentes, nomeadamente, no combate à criminalidade, em colaboração com a Polícia Comunitária, através da apreensão e denúncia de delinquentes; no combate ao cultivo, consumo e comercialização de estupefacientes (suruma); na abertura de vias de acesso; na confecção de tijolos no âmbito do programa de “*comida por trabalho*” e na abertura de poços comunitários usando material convencional ou local.

A *religião* dominante é a muçulmana, praticada pela maioria da população do distrito. Existem outras crenças no distrito, sendo prática corrente que os representantes das hierarquias religiosa se envolvam, em coordenação com as autoridades distritais, em várias actividades de índole social.

3 Demografia



O distrito tem uma superfície de 4.351 km² e uma população, à data de 1/1/2005, de 160 mil habitantes. Com uma densidade populacional de 38 hab/km², estima-se que o distrito atinja, em 2010, os 174 mil habitantes.

3.1 Estrutura etária e por sexo

Com uma população jovem (44%, abaixo dos 15 anos) e um índice de masculinidade de 48%, a taxa de urbanização do distrito é de 17%, concentrada nas Vilas de Chinde e Luabo e zonas periféricas de matriz semi-urbana.

A estrutura etária da população do distrito reflecte uma relação de dependência económica de 1:1.1, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 11 pessoas em idade activa.

TABELA 1: População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005

	TOTAL	Grupos etários				
		0 - 4	5 - 14	15 - 44	45 - 64	65 e mais
DISTRITO DE CHINDE	160.206	30.638	40.394	67.678	17.228	4.267
Homens	76.722	14.952	20.616	29.634	9.043	2.478
Mulheres	83.483	15.686	19.778	38.044	8.186	1.789
P.A. de CHINDE	54.740	10.041	13.880	22.636	6.345	1.839
Homens	26.120	4.902	7.112	9.887	3.191	1.027
Mulheres	28.620	5.138	6.767	12.749	3.154	811
P.A. de LUABO	63.956	12.567	16.016	26.884	7.001	1.488
Homens	30.737	6.183	8.006	11.873	3.810	865
Mulheres	33.219	6.384	8.011	15.011	3.190	623
P.A. de MICAUNE	41.510	8.030	10.498	18.158	3.882	941
Homens	19.865	3.866	5.498	7.874	2.041	586
Mulheres	21.644	4.164	5.000	10.284	1.841	355

Fonte: Estimativa da MÉTIER, na base do INE, Dados do Censo de 1997.

3.2 Traço sociológico

Das 42.050 famílias do distrito, a maioria é do tipo sociológico nuclear com filhos (44%), isto é, com um ou mais parentes para além de filhos e têm, em média, 3 a 5 membros.

TABELA 2: Agregados, segundo a dimensão e o tipo sociológico

% de agregados, por dimensão			Média de pessoas, por agregado		
1 - 2	3 - 5	6 e mais	TOTAL	< 15 anos	≥ 15 anos
28,8%	51,8%	19,4%	3,8	1,7	2,1
Tipo Sociológico de Agregado Familiar					
Unipessoal	Monoparental ⁽¹⁾		Nuclear		Alargado ⁽²⁾
	Masculino	Feminino	Com filhos	Sem filhos	
9,9%	2,1%	12,7%	43,8%	10,3%	21,3%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

1) Família com um dos pais.

2) Família nuclear ou monoparental com ou sem filhos e um ou mais parentes.

Na sua maioria casados, após os 12 anos de idade, têm forte crença religiosa, dominada pela religião Muçulmana.

TABELA 3: População, segundo o estado civil e a crença religiosa

Com < 12 anos	Com 12 anos ou mais, por Estado civil				
	Total	Solteiro	Casado ou união	Separado/ Divorciado	Viuvo
37,9%	62,1%	16,4%	40,1%	1,9%	3,7%
Com Crença Religiosa					
Total	Muçulmana	Católica	T. de Jeová	Evangélica	Outra
100,0%	58,8%	10,9%	8,8%	17,8%	3,7%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

3.3 Línguas faladas

Tendo por língua materna dominante o *Elomve*, 65% da população do distrito com 5 ou mais anos de idade não sabem português, sendo o seu conhecimento preferencial nos homens, dada a maior inserção na vida social e escolar e no mercado de trabalho.

TABELA 4: População, consoante o conhecimento de Português

	Sabe falar Português			Não sabe falar Português		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DISTRITO DE CHINDE	34,9%	24,5%	10,3%	65,1%	26,5%	38,7%
5 - 9 anos	3,2%	1,9%	1,3%	14,2%	6,8%	7,4%
10 - 14 anos	5,8%	3,9%	1,9%	8,0%	3,3%	4,6%
15 - 19 anos	5,2%	3,3%	1,9%	6,6%	2,8%	3,8%
20 - 44 anos	16,2%	11,5%	4,7%	24,2%	8,6%	15,6%
45 anos e mais	4,5%	4,0%	0,5%	12,1%	4,9%	7,2%
P.A. de CHINDE	41,0%	27,5%	13,5%	59,0%	20,0%	39,0%
P.A. de LUABO	28,3%	19,9%	8,4%	71,7%	27,9%	43,8%
P.A. de MICAUNE	36,8%	27,7%	9,2%	63,2%	20,1%	43,0%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Guruè



3.4 Analfabetismo e Escolarização

Com 79% da população analfabeta, predominantemente mulheres, a taxa de escolarização no distrito é baixa, constatando-se que somente 36% dos habitantes² frequentam ou já frequentaram a escola.

TABELA 5: População, por condição de alfabetização, 1997

	Taxa de analfabetismo		
	TOTAL	Homens	Mulheres
DISTRITO DE CHINDE	78,9%	64,6%	91,9%
5 - 9	94,5%	92,4%	96,4%
10 - 14	71,1%	59,6%	83,9%
15 - 44	72,9%	50,2%	90,6%
45 e mais	87,9%	78,3%	98,9%
P.A. de CHINDE	74,4%	59,2%	88,2%
P.A. de LUABO	83,4%	72,1%	93,7%
P.A. de MICAUNE	77,9%	60,1%	94,2%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

² Com 5 ou mais anos de idade.

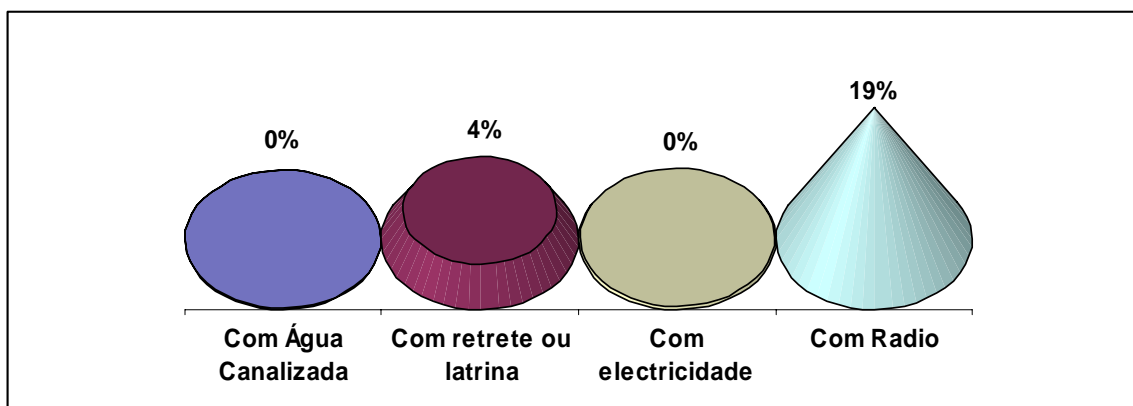
4 Habitação e Condições de Vida



O tipo de habitação modal do distrito é “a *palhota, com pavimento de terra batida, tecto de capim ou colmo e paredes de caniço ou paus*”.

Em relação a outras utilidades, o padrão dominante é o de famílias “*sem rádio e electricidade, dispondo de cinco bicicleta em cada dez famílias, e vivendo em palhotas sem latrina e água colhida directamente em poços ou furos*”.

FIGURA 1: Famílias, por condições básicas de vida



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

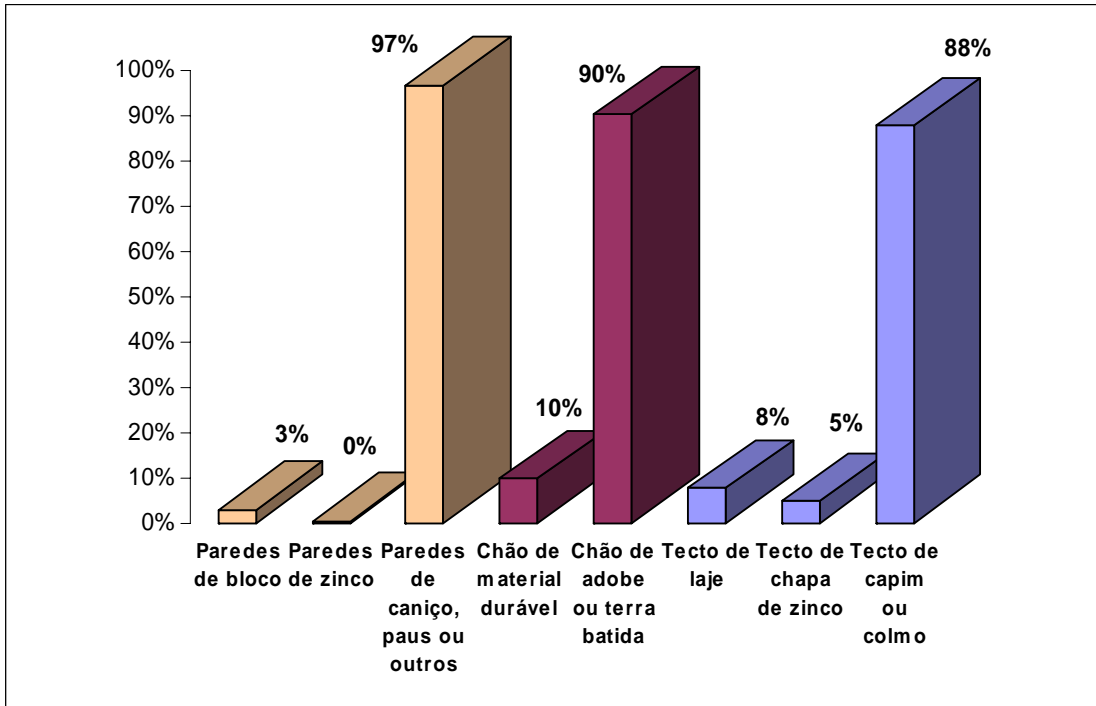
TABELA 6: Famílias, tipo de casa e condições básicas de vida

CONDIÇÕES BÁSICAS EXISTENTES	TIPO DE HABITAÇÃO							
	TOTAL		Moradia ou Apartamento		Casa de madeira e zinco		Palhota ou casa precária	
	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas
Com Água Canalizada	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Com retrete ou latrina	4%	5%	37%	42%	16%	17%	3%	3%
Com electricidade	0%	0%	2%	2%	1%	2%	0%	0%
Com Radio	19%	22%	34%	40%	45%	47%	18%	21%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

No que diz respeito às paredes, pavimento e tecto, o material de construção dominante é, respectivamente o caniço ou paus, a terra batida e o capim ou colmo.

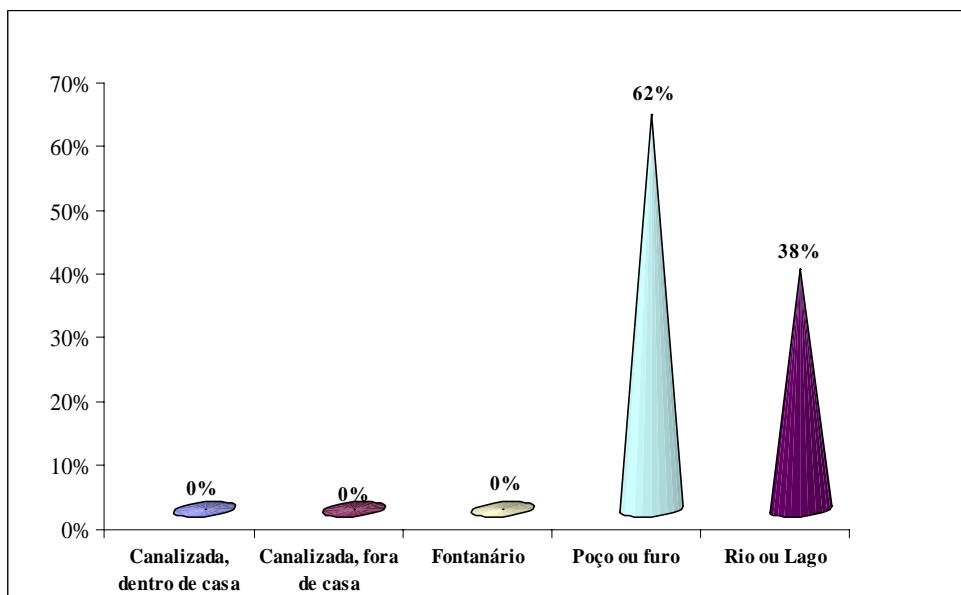
FIGURA 2: Habitações, por tipo de materiais usados



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Em particular, no que concerne às fontes de abastecimento de água, verifica-se que na sua maioria a população do distrito é abastecida por poços e furos (62%) ou recorre directamente aos rios ou lagos (38%).

FIGURA 3: Habitações, segundo a fonte de abastecimento de água



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

5 Organização Administrativa e Governação

O distrito tem três Postos Administrativos: Chinde-Sede, Luabo e Mecaune que, por sua vez, estão subdivididos em 14 Localidades.

CHINDE - SEDE
MATILDE
MUCUANDAIA
PAMBANE
LUABO
LUABO - SEDE
MANGIGE
NZAMA
ROVUMA
SAMORA MACHEL
25 DE SETEMBRO
MECAUNE
MICAUNE - SEDE
ARIJUANE
MAGAZA
MITANGE
NHAMATAMANGA

5.1 Governo Distrital



O Governo Distrital, dirigido pelo Administrador de Distrito, está estruturado nos seguintes níveis de direcção e coordenação:

- Gabinete do Administrador, Administração e Secretaria;
- Direcção Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Direcção Distrital da Educação;
- Direcção Distrital da Saúde;
- Serviço Distrital das Mulher e Coordenação da Acção Social;
- Delegação do Registo Civil e Notariado;
- Comando Distrital da PRM.

Para além destes órgãos, estão também adstritos ao Governo Distrital, os seguintes organismos:

- Procuradoria Distrital da República;
- Tribunal Judicial Distrital;

Guruè



- Direcção das Prisões;
- Posto da APIE;
- Representação do INAS e do sector do Trabalho; e
- Direcção do SISE.

A gestão da vila, desde os serviços de higiene, salubridade e fornecimento de água potável é igualmente garantida pela Administração do Distrito.

Com um total de 57 funcionários (todos homens, e 23 fora do quadro), apresenta a seguinte distribuição por categorias profissionais:

■ Técnicos Médios	7
■ Assistentes Técnicos	8
■ Operários, Auxiliares Administrativos e Agentes de Serviço	8
■ Pessoal auxiliar	34

Infra-estruturas

Localização	Estado de Conservação	Necessidade de Reabilitação
Edifício da Adm. do Distrito	Mau	Por reabilitar
Palácio do Administrador do Distº	Mau	Por reabilitar
Resid. Adm/dor Distrital Adjunto	Mau	Por reabilitar
Resid. Chefe de Secret. Adm. Distº	Mau	Por reabilitar
Resid. Operador de Rádio	Mau	Por reabilitar
Residência nº 1	Mau	Por reabilitar
Residência nº 2	Mau	Por reabilitar
Residência nº 3	Mau	Por reabilitar
Residência nº 4	Mau	Por reabilitar
Residência nº 5	Mau	Por reabilitar
Residência nº 6	Mau	Por reabilitar
Residência nº 7	Mau	Por reabilitar
Residência nº 8	Mau	Por reabilitar
Residência nº 9	Mau	Por reabilitar
Residência nº 10	Mau	Por reabilitar
Residência nº 11	Mau	Por reabilitar
Residência nº 12	Mau	Por reabilitar
Residência nº 13	Mau	Por reabilitar
Residência nº 14	Mau	Por reabilitar
Residência nº 15	Mau	Por reabilitar
Residência nº 16	Mau	Por reabilitar
Compartimento do Mercado Central	Mau	Por reabilitar
Compartimento do Mercado Central	Mau	Por reabilitar
Compartimento do Mercado Central	Mau	Por reabilitar
Compartimento do Mercado Central	Mau	Por reabilitar
Mercado Central	Mau	Por reabilitar

Central Eléctrica

Razoável

Por reabilitar tecto

Recursos Materiais

Equipamentos	Administração		Agricultura		Educação		Saúde		PRM	
	OP	NOP	OP	NOP	OP	NOP	OP	NOP	OP	NOP
Viaturas ligeiras	1	1	1	0	0	0	1	0		
Viaturas pesadas										
Tractores										
Atrelados										
Motorizadas	4	0	4	2	2	0	3	0	3	1
<i>Bicicletas</i>	21	0	3	1	32					
Rádios receptores-transmissores	5	0	1	0	0	0	1	0	2	
Máquinas de escrever	1	2	2	1	3	0	2	0		
Máquinas de calcular	1	1	1	0	3	0	2	0		
Computadores e impressora	1	0	0	0	0	0	1	0		
Fotocopiadoras	1	0								
Fax										
Telefones	0	0	0	0	0	0	0			
Policopiadora					1	0				

O sistema de governação vigente é baseado no Conselho Executivo. Em resultado da aprovação das Leis 6/78 e 7/78, este substituiu a Câmara Municipal local que era dirigida pelo Administrador do Distrito, por acumulação de funções, por força do artigo 491 da Reforma Administrativa Ultramarina (RAU).

O Conselho Executivo local é um órgão distinto do Aparelho do Estado no escalão correspondente, com as seguintes funções:

- Dirigir as tarefas políticas do Estado, bem como as de carácter económico, social e cultural.
- Dirigir, coordenar e controlar o funcionamento dos órgãos do Aparelho do Estado.

O Conselho Executivo é dirigido por um Presidente, que geralmente por acumulação de funções é o Administrador do Distrito, o qual é nomeado pelo Ministro da Administração Estatal.

Ao nível do distrito o Aparelho do Estado é constituído pela Administração do Distrito e restantes direcções e sectores distritais. O Administrador por sua vez responde perante o Governo Provincial e Central, pelos vários sectores de actividades do Distrito organizados em Direcções e Sectores Distritais.

A governação tem por base os Presidentes das Localidades, Autoridades

Guruè



Comunitárias e Tradicionais. Os Presidentes das Localidades são representantes da Administração e subordinam-se ao Chefe do Posto Administrativo e, conseqüentemente, ao Administrador Distrital, sendo coadjuvados pelos Chefes de Aldeias, Secretários de Bairros, Chefes de Quarteirões e Chefes de Blocos.

As instituições do distrito operam com base nas normas de funcionamento dos serviços da Administração Pública, aprovadas pelo Decreto 30/2001 de 15 de Outubro, do Conselho de Ministros, publicado no Boletim da república nº 41, I Série, Suplemento.

A actividade do governo distrital segue uma abordagem essencialmente empírica e de contacto com a comunidade. Importa que esta prática venha a ser sistematizada em sistemas de planificação e controlo regulares e fiáveis, bem como seja baseada numa visão estratégica que oriente o planeamento anual e faça convergir de forma eficaz os esforços sectoriais.

5.2 Reforma do sector público

O Decreto 30/2001 de 15 de Outubro, sobre a Reforma do Sector Público, está a ser implementado no distrito. Com efeito, este instrumento foi objecto de estudo pelos funcionários do Estado, de modo a garantir a sua correcta implementação pelos sectores.

- Fixação de letreiros para identificação das instituições;
- Introdução de crachás de identificação de funcionários;
- Foi disciplinado o processo de ocupação do espaço e construção na Vila-Sede do Distrito;
- Foram simplificados alguns procedimentos administrativos, fixação de prazos e distribuição de tarefas, para uma maior responsabilização e celeridade no tratamento dos assuntos do público;
- Melhoria da circulação de expediente através do uso do livro de protocolo;
- Contínua divulgação do Decreto 15/2000, de 20 de Junho;
- Criação de incentivos no âmbito do desempenho;
- Criação de Conselhos Comunitários para auxiliar a Polícia na denúncia de malféitores;
- Melhoria nos métodos de cobrança de receita e conseqüente encaminhamento às Finanças;

-
- Introdução da caixa e livro de reclamações e sugestões, como instrumentos dinamizadores e facilitadores da reforma.

Em 2002, o Distrito desenvolveu um amplo movimento de busca de opiniões e sensibilidades na comunidade, nos religiosos, nos políticos e líderes a vários níveis, na busca de consensos sobre acções a ser incrementadas localmente, bem como a responsabilidade dos intervenientes.

Este processo resultou na elaboração do Plano Distrital de Desenvolvimento, onde consta uma série de projectos viáveis e realizáveis com o suporte financeiro do OGE e Parceiros, cujos resultados já começaram a ser visíveis, desde a reabilitação e construção de edifícios e a prossecução de empreendimentos sócio-económicos.

5.3 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais

Nesta secção, sem pretender ser exaustivo e transcrever o rol de funções oficiais dos Governos Distritais aprovadas e publicadas oficialmente, focam-se as principais actividades de intervenção pública directa, realizadas no período 2000-2004, que contribuem para o desenvolvimento do distrito.

No essencial a actividade do Governo Distrital centrou-se nos seguintes objectivos e acções:

- Envolver as populações na busca de soluções para os problemas locais através de diálogo.
- Estudar a viabilidade de alocação de equipamento as Administrações Distritais para a manutenção das vias.
- Alargar a rede escolar e sanitária e melhorar a qualidade dos serviços prestados.
- Promover o uso de material local de construção para a edificação de residências do Chefe de Posto Administrativo e outros funcionários do Estado.
- Intensificar acções de fornecimento/capacitação técnico-profissional dos Funcionários em particular ao nível Distrital e de Posto Administrativo.
- Melhorar os serviços prestados pelas Administrações Distritais tendo em conta que o cidadão constitui a razão da sua existência.
- Melhorar o atendimento nas escolas Hospitais, Repartições do Estado, na tramitação do processo de pedidos de terra ,de Bilhetes de

Identidade, etc.

- Melhorar o sistema de colecta e registo de receitas nas Administrações Distritais.
- Prestigiar a função de Administrador Distrital.

5.3.1 Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural

O distrito não tem enfrentado conflitos significativos pela posse da terra e outros recursos naturais.

De um modo geral, a agricultura no distrito é praticada em regime de consociação de culturas com base em variedades locais e, em algumas regiões, com o recurso à tracção animal e tractores.

O início do século foi marcado pelas cheias de 2000 e chuvas acima do normal que destruíram as culturas. Nos anos seguintes, o cenário de estiagem e seca caracterizado por chuvas irregulares e abaixo do normal criaram uma situação de insegurança alimentar, exigindo do Governo Distrital iniciativas enérgicas de mitigação, de que se destacam:

- Distribuição de sementes e utensílios agrícolas às vítimas das cheias;
- Reabilitação de valas de drenagem nas baixas do distrito;
- Fomento de batata-doce de polpa alaranjada; e
- Aquisição e distribuição de bovinos de fomento.

A pecuária enfrentou grandes dificuldades resultantes da falta de drogas e medicamentos para o tratamento dos animais. Neste momento, está em curso o processo de arrolamento geral do gado existente no distrito. Ao longo deste período, prestou-se assistência nos banhos carracicidas e trabalhou-se no sentido de sensibilizar os criadores a adquirirem, eles próprios, as drogas para tratamento do seu gado.

De uma maneira geral, o Sector enfrentou grandes dificuldades na aquisição de vacinas contra a NEWCASTLE e outras drogas carracicidas. Enfrentou, igualmente, sérios problemas relacionados com a seca e estiagem, sobretudo nas localidades de Pembe e Nhaulane.

5.3.2 Obras Públicas e Habitação

Foram concluídas e entregues obras de construção de raiz e de reabilitação de edifícios públicos. Continuaram as obras de manutenção das vias de acesso.

Novas Construções: Edifício da Administração, Residência Oficial do Chefe do Posto Administrativo, Posto de Saúde na Localidade Samora Machel, no PA do Luabo, ponte sobre o rio Runguine em alvenaria, Posto de Saúde e uma sala de aulas na Localidade da Matilde e Posto de Saúde, na Localidade Mitange, no PA de Micaúne.

Beneficiaram de obras de reabilitação o edifício da Administração do Posto de Micaúne, a Maternidade do Centro de Saúde do Luabo, o edifício da Central Eléctrica na Sede do Distrito, reabilitação e ampliação do Centro de Saúde, também na Sede do Distrito.

Com fundos de investimento público iniciaram no ano 2003, as obras de reabilitação da estrada Mopeia/Luabo, num troço de cerca de 50 km, estando por concluir cerca de 20 km até à Sede do Posto. No âmbito Programa de “Comida pelo Trabalho”, foram melhoradas as vias interiores do Distrito, nomeadamente:

- A estrada Sede do Distrito à Localidade da Matilde, com 30 km;
- Estrada Tanque Pambaine, com 20 km;
- A estrada Garagem/Sede do Posto Administrativo de Micaúne, com 30 km;
- Tchacara/Rio Abreus, com 12 km e todos os acessos aos Bairros da Sede do Distrito.

Apesar dos esforços realizados, o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção e a rede de estradas terciárias que na época das chuvas tem problemas de transitibilidade, sendo essencial a afectação de recursos públicos à sua reabilitação corrente.

5.3.3 Educação e Saúde

O investimento no sector tem estado a crescer, elevando para 87 o número de escolas em 2003 (82 do ensino primário nível 1, 5 do nível 2), que são frequentadas por cerca de 20 mil estudantes ensinados por 150 professores.

O distrito está dotado de 1 Centro de saúde de nível I, 1 do nível II/III e 9 Postos de saúde, com um total de 45 camas e 21 técnicos e assistentes de saúde.

O crescimento da rede escolar e de saúde desde 2000 e a melhoria do atendimento do pessoal têm permitido aumentar o acesso da população aos serviços do Sistema Nacional de Educação e da Saúde que, porém, está ainda a um nível bastante insuficiente.

Guruè



5.3.4 Cultura, Juventude e Desporto

O Distrito do Chinde é rico em danças tradicionais e outras manifestações culturais. Na área da Juventude, há a destacar a realização de palestras sobre Educação Sexual e Saúde Reprodutiva, a Prevenção e Combate às DTS/HIV/SIDA. No que respeita ao Desporto, o futebol de 11 é a modalidade desportiva mais praticada.

Na área da Cultura, importa fazer referência ao movimento Bibliotecário que registou 48 leitores. No âmbito recreativo, estão registados oficialmente na Vila-Sede do Distrito, 4 promotores de espectáculos áudio-visuais, através de músicas em rádio e sessões de vídeo-club, onde as populações se divertem nos fins-da-semana e tempos livres, sobretudo os jovens, para além de danças e cantos tradicionais em datas comemorativas e feriados nacionais.

Na área da Juventude e Desportos, apenas no quadro de organização da Direcção, ficou programado encontros de recolha de sugestões e opiniões com várias individualidades ligadas a matéria juvenil e desporto recreativo. Para além do programa denominado “Educação Cívica e Moral”, para ajudar esta camada social, para mudança de comportamento com vista a combater as DTS/SIDA e outros males.

No âmbito da prática do Desporto no Distrito, jogos tradicionais e modalidade-rei, que é futebol, reclamam a falta de material, tais como bolas e equipamento adequado. De momento, a modalidade de futebol, movimenta em torneios de dias feriados e datas comemorativas e fins-de-semana, 125 atletas séniores e 120 juvenís, em 5 e 6 equipas respectivamente, num total de 11 equipas e 245 atletas.

5.3.5 Mulher e Coordenação da Acção Social

Nesta área o Governo Distrital tem promovido a integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dando prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, reclusos, tóxico-dependentes, regressados e refugiados.

O trabalho deste Sector, centrou-se no acompanhamento de pessoas da 3ª idade, crianças órfãs e deficientes, no âmbito do programa ABC.

Na área de atendimento a criança em idade pré-escolar, o Distrito conta com duas Escolinhas, na sede do distrito, com 212 alunos, dos quais 77 do

sexo masculino e os restantes do sexo feminino, orientados por 4 animadores comunitários. Foram atendidos 13 alunos carentes que beneficiaram de atestados de pobreza para continuação dos seus estudos.

O Núcleo dos Deficientes e Idosos é composto por 30 membros que realizam actividades artesanais, tais como olaria e cestaria, sendo 13 do sexo masculino e 17 do feminino.

O Representante de Acção Social funciona na Direcção Distrital de Saúde, possui uma Moto DT125, para os seus trabalhos, em bom estado de conservação.

Apesar dos esforços desenvolvidos, são ainda bem patentes no distrito os efeitos da pobreza, calamidades naturais e da guerra que assolou Moçambique nas últimas décadas.

5.3.6 Justiça, Ordem e Segurança pública

O Distrito conta com um Comando Distrital e 2 Postos Policiais, localizados em Micaúne e Luabo. No tocante a este aspecto, foram realizadas reuniões de ligação Polícia/Comunidade a nível do Distrito, que culminaram com a criação do Núcleo de Policiamento Comunitário, na Vila-Sede do Distrito e um Seminário com todos os Líderes Comunitários.

A PRM no Distrito do Chinde, realizou as suas actividades operativas preventivas, que culminaram com o registo e controlo de 43 casos criminais, contra 34 de igual período do ano passado, o que corresponde a uma subida de 20,9% em termos de criminalidade.

Dos 43 casos criminais registados, 39 foram esclarecidos e 4 ficaram por esclarecer, dando uma percentagem de 90,69% da operatividade policial. Dos casos registados, 28 são da família contra as pessoas e 15 são da família contra propriedade, segundo mostra o gráfico:

FAMÍLIA DELECTIVA	ACTOS	ANTERIOR	DIFERENÇA
Contra pessoas	28	20	+08
Contra propriedade	15	13	+02
Contra a honestidade	00	01	-01
TOTAL	43	34	+09

Actos do Registo Civil:

- 134 – Assentos de nascimento;
- 53 - Assentos de nascimento grátis, (artº 371, do C.R.C.);
- 537 – Assentos de nascimento, (artº 373 do C.R.C.);
- 6 – Assentos de óbitos;
- 49 – Certidões de Narrativas Completas de Registo de Nascimento;

- 16 – Certidões de Narrativas Completas de Reg. de Nascimento, (C.R.C.);
- 21 – Certidões de Nascimentos para Bilhetes de Identidade;
- 5 – Certidões de Nascimento para Bilhetes de Identidade, (artº 373 do C.R.C.);
- 12 – Cédulas Pessoais de 2ª vias;
- 8 – Anulações de casamento.

Actos do Notariado:

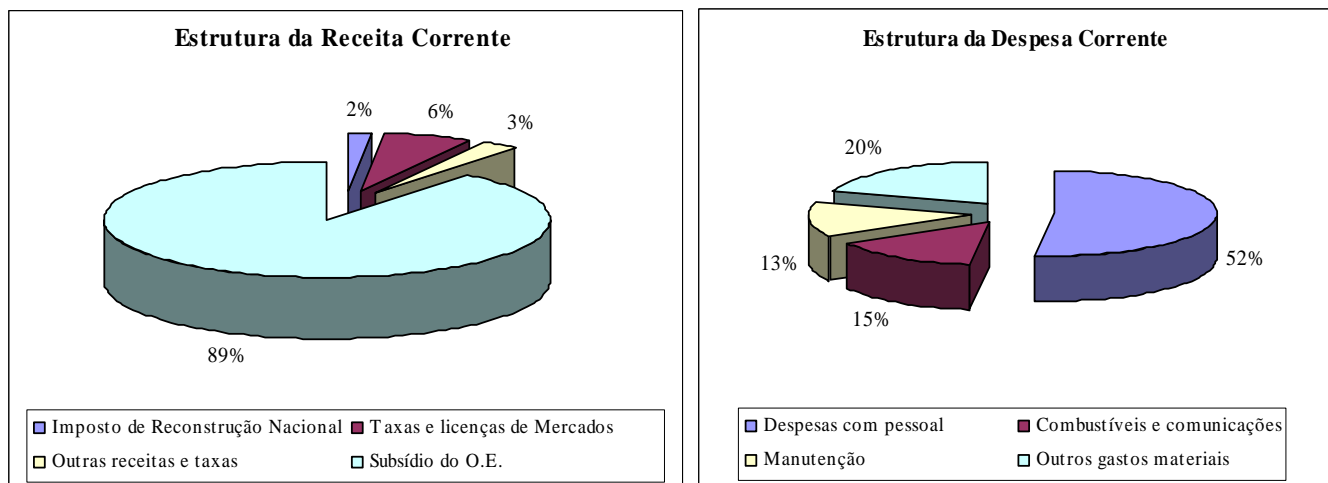
- 57 – Reconhecimentos de assinaturas;
- 10 – Reconhecimentos de assinaturas, (artº 373 do C.R.C.);
- 15 – Conferências de fotocópias;
- 3 – Conferência de fotocópias, (artº 373, do C.R.C.).

5.4 Finanças Públicas



A Administração do Distrito, sem inclusão das instituições subordinadas e unidades sociais, funcionou nos últimos anos com os seguintes níveis de receitas e despesas anuais.

FIGURA 4: Estrutura do orçamento distrital, 2004



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial do Plano e Finanças

O nível de receita é manifestamente insuficiente ao cabal exercício das funções distritais. A despesa corrente do orçamento distrital em 2004 foi de 13 contos por habitante, isto é, menos de 1 USD. Do lado da despesa, os gastos com pessoal absorvem mais de metade do orçamento corrente do distrito e, à excepção das cobranças de mercados e algumas receitas de serviços, turismo e urbanismo, o esforço fiscal distrital é muito baixo.

Quanto ao investimento com financiamento de base distrital, o seu

montante é pequeno, sendo quase todas as acções de investimento público planificadas e orçamentadas ao nível provincial, funcionando os principais sectores sociais com finanças geridas a este nível.

À governação distrital compete essencialmente a gestão corrente, fraccionada pela dispersão orçamental dos principais sectores sociais e de infra-estruturas, o que condiciona fortemente a sua actuação num esforço coordenado de desenvolvimento e integração.

5.5 Constrangimentos à acção do Governo Distrital

Face à situação financeira descrita, o Governo Distrital tem enfrentado vários constrangimentos à sua acção, de que se destacam os seguintes:

- Não alocação de fundos de investimentos para manutenção das vias de acesso;
- Falta de fundos de investimento para manutenção dos PS de Água e dos furos nas aldeias;
- Falta de infra-estruturas de educação e saúde para a população do distrito;
- Falta de viaturas para a Administração e de motorizadas para locomoção dos Chefes dos Postos Administrativos; e
- Ausência de um programa de construções para atender o crescimento do aparelho de estado.

As minas constituem ou constituíram, em algumas zonas identificadas, uma ameaça à segurança da população e ao desenvolvimento económico. A acção de desminagem em curso no país desde 1992, tem permitido diminuir o seu risco, sendo hoje a situação existente no país e neste distrito mais controlada e conhecida.

Face às restrições orçamentais existentes, tem sido essencial para a prossecução da actividade do Governo Distrital e para o progresso do distrito, o envolvimento consciente e participação comunitária, e o apoio do sector privado e de vários organismos internacionais que operam neste distrito.

5.6 Participação comunitária

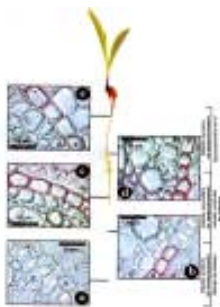
A participação comunitária tem sido essencial para suprir várias necessidades em matéria de construção, reabilitação e manutenção de infra-estruturas, nomeadamente estradas interiores, postos de saúde e escolas, bem como residências para professores e enfermeiros.

Para tal, o Governo Distrital tem estabelecido coordenação de acções com as ONG's, visando levar a efeito a reconstrução e construção de infra-estruturas com base em recursos locais e nos programas “comida pelo trabalho” financiados pelo PMA.

5.7 Apoio externo

Na sua actuação, o Governo Distrital tem tido apoio de vários organismos de cooperação, que promovem programas sociais de assistência, protecção do ambiente e desenvolvimento rural, que desempenham um papel activo e importante no apoio à reconstrução e desenvolvimento locais, sendo de destacar a CARE no abastecimento de água rural, a ADRA e o PMA na distribuição de sementes, e várias organizações (Caritas, Visão Mundial, Kulima e o Progetto Sviluppo, da Itália), realizando acções nas área de agricultura, segurança alimentar e saúde.

6 Posse e Uso da Terra ³



A informação deste capítulo tem por objectivo analisar os traços gerais que caracterizam a base agrária do distrito, de forma a permitir inferir sobre eventuais cenários de intervenção que reforcem o sector no contexto do processo de desenvolvimento.

Apesar das reservas quanto à representatividade ao nível distrital dos dados do CAP, este capítulo permite avaliar os principais factores que fazem deste sector um veículo privilegiado de intervenção no desenvolvimento económico e social do país. Referirmo-nos, entre outros, ao facto de:

- Ser a actividade dominante em praticamente todo o distrito;
- Esta actividade fazer parte dos hábitos e costumes da população;
- A actividade ser praticada pela maioria dos agregados familiares do distrito;
- Constituir a maior fonte de emprego e de rendimento da população;
- As condições naturais permitirem a prática da actividade.

6.1 Posse da terra

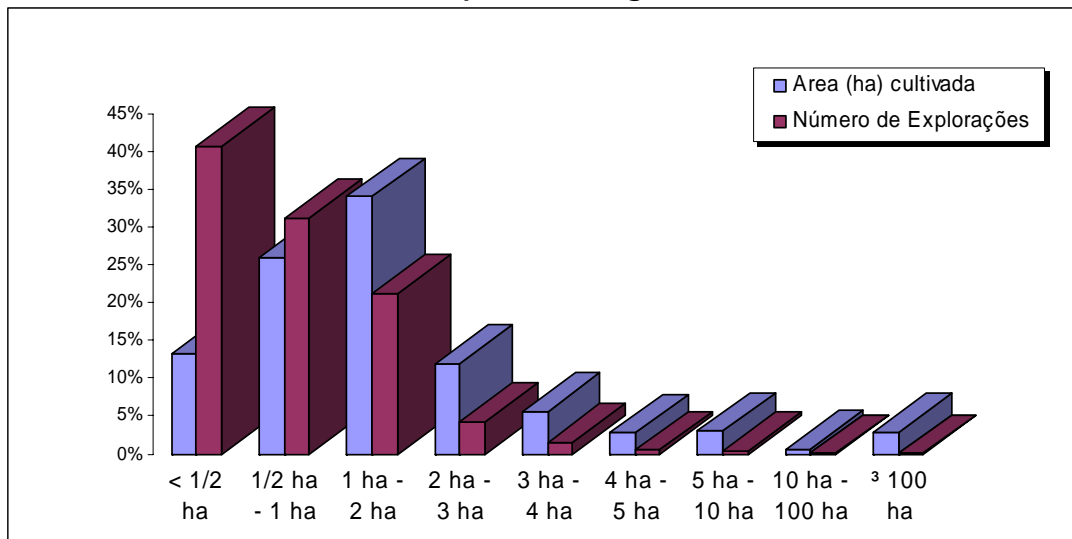
No que diz respeito ao cadastro de terras, existiam alguns conflitos de terra entre a população, a Companhia de Sena e o Grupo Madal. No Posto Administrativo de Micaúne, o conflito entre o Grupo Madal e a população, terminou num consenso através de diálogo. Já no caso do Posto Administrativo do Luabo e após intervenção do Governo Provincial, a Companhia de Sena acabou por ceder algumas parcelas de terra para o reassentamento das populações vítimas das cheias de 2001.

Este distrito possui cerca de 32 mil explorações agrícolas com uma área média é de 0.5 hectares. Com um grau de exploração familiar dominante, 72% das explorações do distrito têm menos de 1 hectare, ocupando somente 39% da área cultivada. Este padrão desigual da distribuição das áreas fica evidente se referirmos que 28% da área cultivada pertence a somente 7% das explorações do distrito.

Na sua maioria os terrenos não estão titulados e, quando explorados em regime familiar, têm como responsável, em quase 75% dos casos, o homem da família.

³ Baseado em trabalho analítico da MÉTIER, suportado pelos dados do INE do Censo Agro-pecuário de 1999-2000. Apesar de se tratar de extrapolação a partir duma amostra cuja representatividade ao nível distrital é baixa, considera-se que – do ponto de vista da análise da estrutura de uso e exploração da terra - os seus resultados são um bom retrato das características essenciais do distrito.

FIGURA 5: Estrutura de exploração agrária da terra



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

No que respeita à posse da terra, 93% das 75 mil parcelas em que estão divididas as explorações são tradicionalmente pertença das famílias da região, sendo transmitidas por herança aos filhos, ou estão em regime de aluguer ou de concessão do estado a particulares e empresas privadas. As autoridades tradicionais e oficiais detêm 7% das parcelas agrícolas do distrito.

6.2 Trabalho agrícola

A estrutura de exploração agrícola do distrito reflecte a base alargada da economia familiar, constatando-se que 83% das explorações são cultivadas por 3 ou mais membros do agregado familiar.

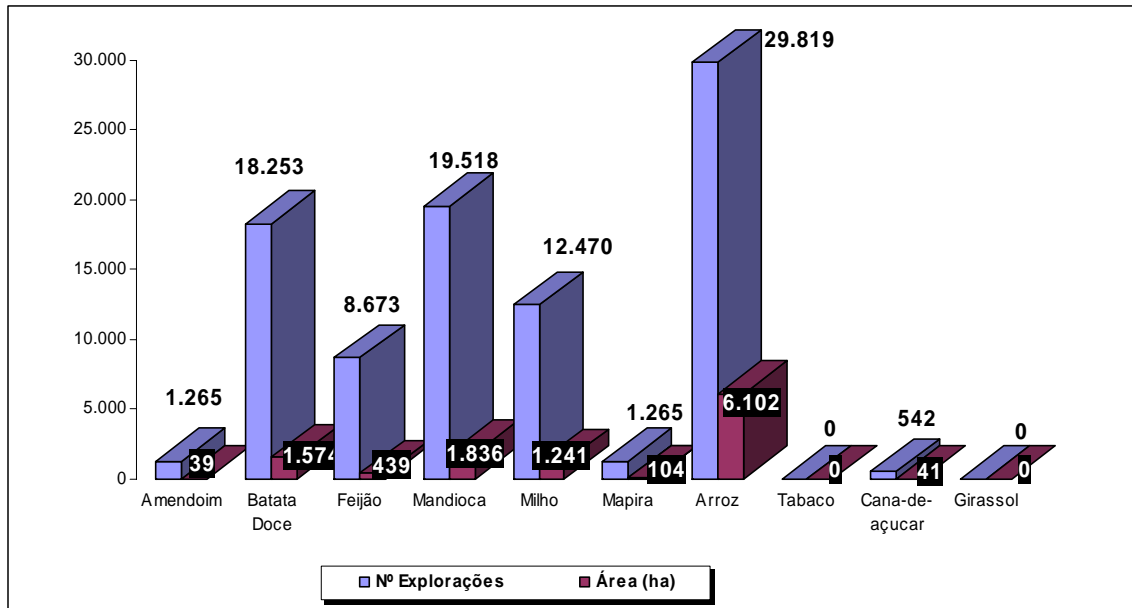
Estas explorações estão divididas em cerca de 75 mil parcelas, 80% com menos de meio hectare e exploradas em 55% dos casos por mulheres. De reter que, do total de agricultores, 36% são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos.

6.3 Utilização económica do solo

6.3.1 Agricultura

A maioria da terra é explorada em regime de consociação de culturas alimentares, nomeadamente o milho, mandioca, feijão nhemba, amendoim e batata-doce.

FIGURA 6: Explorações e área, por culturas principais



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

Para além das culturas alimentares e de rendimento, o distrito tem um apreciável número de fruteiras, coqueiros e cajueiros.

6.3.2 Pecuária e Avicultura

No distrito existem cerca de 5 mil criadores de pecuária e mais de 25 mil de avicultura, a maior parte em regime familiar.

Os dados disponíveis apontam para uma estrutura de produção relativamente mercantilizada, em que o nível de vendas varia de 5% nos suínos a 15% nos caprinos, constituindo uma fonte de rendimento familiar importante.

6.3.3 Produção não agrícola

Constitui igualmente uma fonte importante de rendimento familiar. Deriva, essencialmente, da venda de madeira, lenha, caniço e carvão, bem como da actividade de caça, pesca e artesanal, efectuado por um conjunto de centenas de explorações familiares.

7 Educação



Com 79% da população analfabeta, predominantemente mulheres, a taxa de escolarização no distrito é baixa, constatando-se que somente 26% dos habitantes⁴ frequentam ou já frequentaram a escola primária.

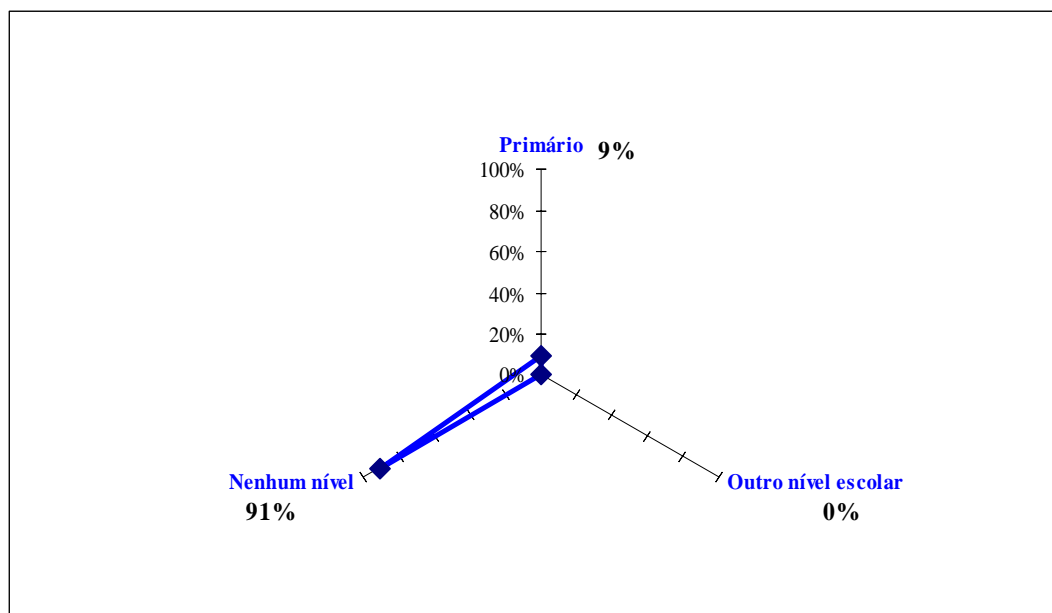
TABELA 7: População⁵ e frequência escolar

	POPULAÇÃO QUE:								
	FREQUENTA			FREQUENTOU			NUNCA FREQUENTOU		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DISTRITO DE CHINDE	8,8%	6,5%	2,4%	17,5%	13,3%	4,2%	73,7%	27,9%	45,7%
P.A. de CHINDE	12,4%	9,1%	3,4%	19,7%	14,2%	5,5%	67,9%	24,2%	43,7%
P.A. de LUABO	6,9%	5,0%	1,9%	13,2%	10,5%	2,7%	79,9%	32,3%	47,6%
P.A. de MICAUNE	7,1%	5,2%	1,9%	21,1%	16,4%	4,7%	71,8%	26,2%	45,6%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

A maior taxa de escolarização verifica-se no grupo etário dos 10 a 14 anos, onde 33% das crianças frequenta a escola, seguido do grupo de 5 a 9 anos, o que reflecte a entrada tardia na escola. Na sua maioria, os estudantes são rapazes a frequentar o ensino primário, dada a insuficiente / inexistente rede escolar dos restantes níveis de ensino nalgumas localidades.

FIGURA 7: População⁶, por nível de ensino que frequenta



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

⁴ Com 5 ou mais anos de idade.

⁵ Com 5 ou mais anos de idade.

⁶ Com 5 ou mais anos de idade.

TABELA 8: População⁷, por nível de ensino que frequenta

	NIVEL DE ENSINO QUE FREQUENTA							Nenhum nível
	Total	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
DISTRITO DE CHINDE	8,8%	0,1%	8,7%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	91,2%
5 - 9 anos	11,2%	0,0%	11,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	88,8%
10 - 14 anos	32,6%	0,0%	32,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	67,4%
15 - 19 anos	15,9%	0,1%	15,5%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	84,1%
20 - 24 anos	2,1%	0,0%	1,8%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	97,9%
25 e + anos	0,6%	0,1%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	99,4%
HOMENS	13,5%	0,1%	13,3%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	86,5%
MULHERES	4,6%	0,1%	4,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	95,4%
P.A. de CHINDE	12,4%	0,0%	12,3%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	87,6%
P.A. de LUABO	6,9%	0,1%	6,7%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	93,1%
P.A. de MICAUNE	7,1%	0,1%	7,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	92,9%

Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Do total de população⁸, verifica-se que somente 7% concluíram algum nível de ensino.

Destes, 93% completaram somente o ensino primário e 3% o 1º grau do secundário.

TABELA 9: População⁹, por nível de ensino concluído

	NIVEL DE ENSINO CONCLUÍDO							Nenhum
	TOTAL	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
DISTRITO DE CHINDE	7,1%	0,2%	6,6%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	92,9%
5 - 9 anos	0,8%	0,0%	0,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	99,2%
10 - 14 anos	4,8%	0,0%	4,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	95,2%
15 - 19 anos	10,8%	0,2%	10,4%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	89,2%
20 - 24 anos	12,2%	0,3%	11,3%	0,5%	0,1%	0,1%	0,0%	87,8%
25 e + anos	7,8%	0,3%	7,1%	0,3%	0,0%	0,1%	0,0%	92,2%
HOMENS	12,3%	0,3%	11,5%	0,4%	0,1%	0,1%	0,0%	87,7%
MULHERES	2,2%	0,1%	2,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	97,8%
P.A. de CHINDE	7,6%	0,1%	7,2%	0,2%	0,0%	0,1%	0,0%	92,4%
P.A. de LUABO	5,5%	0,1%	5,1%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	94,5%
P.A. de MICAUNE	8,7%	0,4%	8,0%	0,3%	0,0%	0,1%	0,0%	91,3%
DISTRITO DE CHINDE	7,1%	0,2%	6,6%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	92,9%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

O baixo grau de escolarização reflecte o facto de, apesar da expansão em curso, a rede escolar e o efectivo de professores serem insuficientes e possuírem uma baixa qualificação pedagógica. Tais factos são agravados por factores socio-económicos, resultando em baixas taxas de aproveitamento e altas desistências, em algumas das localidades do distrito.

⁷ Com 5 ou mais anos de idade.

⁸ Com 5 ou mais anos de idade.

⁹ Com 5 ou mais anos de idade.

TABELA 10: Escolas, alunos e professores, 2003

NÍVEIS DE ENSINO	N.º de Escolas	N.º de Alunos		N.º de Professores	
		M	HM	M	HM
TOTAL DO DISTRITO	142	8.718	23.567	72	206
EP1	82	7.578	19.536	45	127
EP2	5	140	1.031	7	19
ESG I	0	0	0	0	0
ESG II	0	0	0	0	0
ETP	0	0	0	0	0
AEA	55	1.000	3.000	20	60

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Educação
EP1 - 1º a 5º anos; EP2 - 6º e 7º anos; ESG I - 8º a 10º Anos.

A maioria dos professores tem uma formação escolar baixa, possuindo, em média, habilitações entre a 6ª e a 8ª classe e, em alguns casos, um ano de estágio pedagógico, o que condiciona bastante a qualidade do ensino ministrado.

8 Saúde e Acção Social

8.1 Cuidados de saúde e quadro epidémico



A rede de saúde do distrito, apesar de estar a evoluir a bom ritmo, é insuficiente, evidenciando os seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 16 mil pessoas;
- Uma cama por 3.900 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 8.300 residentes.

TABELA 11: Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003

Unidades, Camas e Pessoal existente	Tipo de Unidades Sanitárias					Pessoal existente por sexo		
	Total de Unidades	Hospital Rural	Centro de Saúde I	Centro de Saúde II/III	Postos de Saúde	HM	H	M
TOTAL DO DISTRITO								
Nº de Unidades	11	0	1	1	9			
Nº de Camas	45	0	37	8	0			
Pessoal Total	36	0	17	7	12	36	28	8
- Licenciados	0	0	0	0	0	0	0	0
- Nível Médio	1	0	1	0	0	1	1	0
- Nível Básico	8	0	5	1	2	8	6	2
- Nível Elementar	12	0	4	3	5	12	9	3
- Pessoal de apoio	15	0	7	3	5	15	12	3

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

A Direcção Distrital de Saúde distribui regularmente por cada Centro de Saúde “Kits A e B” e pelos Postos de Saúde “Kits B”. A tabela seguinte apresenta, para o ano de 2003, a posição de alguns indicadores que caracterizam o grau de acesso e de cobertura dos serviços do Sistema Nacional de Saúde.

TABELA 12: Indicadores de cuidados de saúde, 2003

Indicadores	
Taxa de ocupação de camas	39,6%
Partos	1.222
Vacinação	48.173
Saúde materno-infantil	36.273
Consultas externas	83.703
Taxa de baixo peso à nascença	11,3%
Taxa de mau crescimento	6,4%

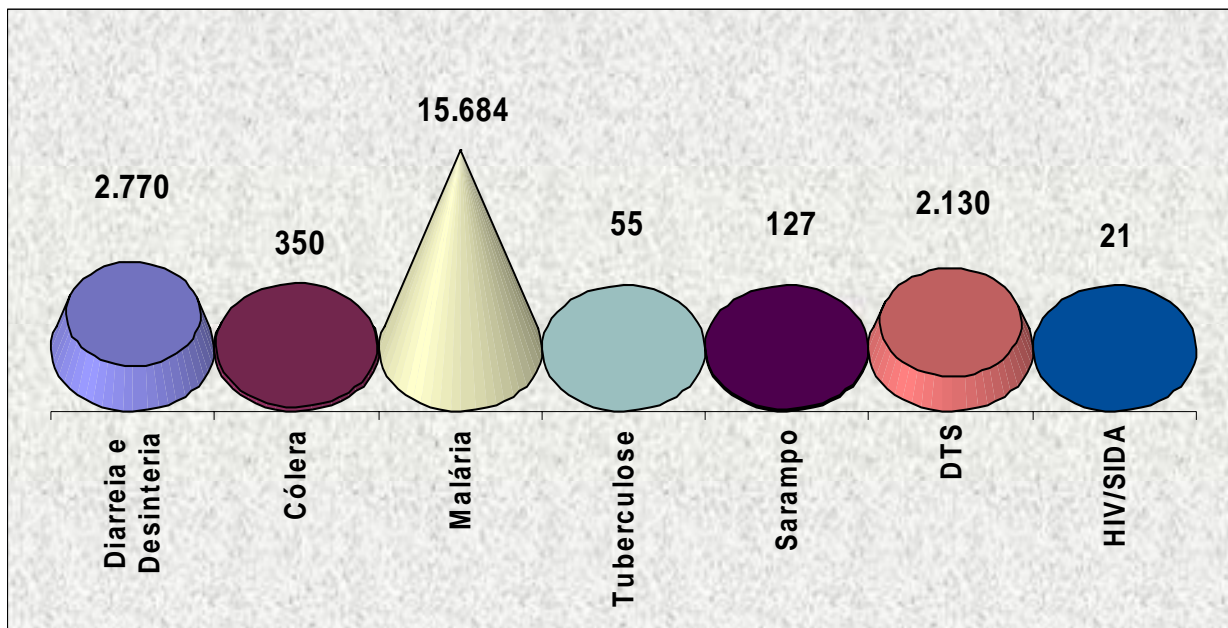
Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

Guruè



O quadro epidémico do distrito é dominado pela malária, diarreia e DTS e SIDA que, no seu conjunto, representam quase a totalidade dos casos de doenças notificadas no distrito.

FIGURA 8: Quadro epidémico, 2003



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

8.2 Acção Social

A integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dá prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, tóxico-dependentes e regressados.

No distrito existem, segundo os dados do Censo de 1997, cerca de 6 mil órfãos (dos quais 40% de pai e mãe) e cerca de 3 mil deficientes (84% com debilidade física, 10% com doenças mentais e 6% com ambos os tipos de doença).

TABELA 13: População, por condição de orfandade, 1997

DISTRITO DE CHINDE	6.070
Homens	2.863
Mulheres	3.207
5 - 9 anos	1397
10 - 14 anos	1904
15 - 19 anos	2769
P.A. de CHINDE	2.070
P.A. de LUABO	2.390
P.A. de MICAUNE	1.611

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Guruè



TABELA 14: População deficiente, por idade e residência, 1997

Posto administrativo e Idade	TOTAL	Física	Mental	Ambas
DISTRITO DE CHINDE	2834	2373	287	174
0 - 14	441	358	48	35
15 - 44	1350	1101	160	89
45 e mais	1043	914	79	50
P.A. de CHINDE	1168	1019	81	68
P.A. de LUABO	921	751	108	62
P.A. de MICAUNE	745	603	98	44

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

A acção social no distrito tem sido coordenada com as organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e de direitos entre homem e mulher em todos aspectos de vida social e económica, bem como a integração no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

9 Género

O distrito tem uma população estimada de 160 mil habitantes - 83 mil do sexo feminino - sendo 13% das famílias do tipo monoparental chefiados por mulheres.

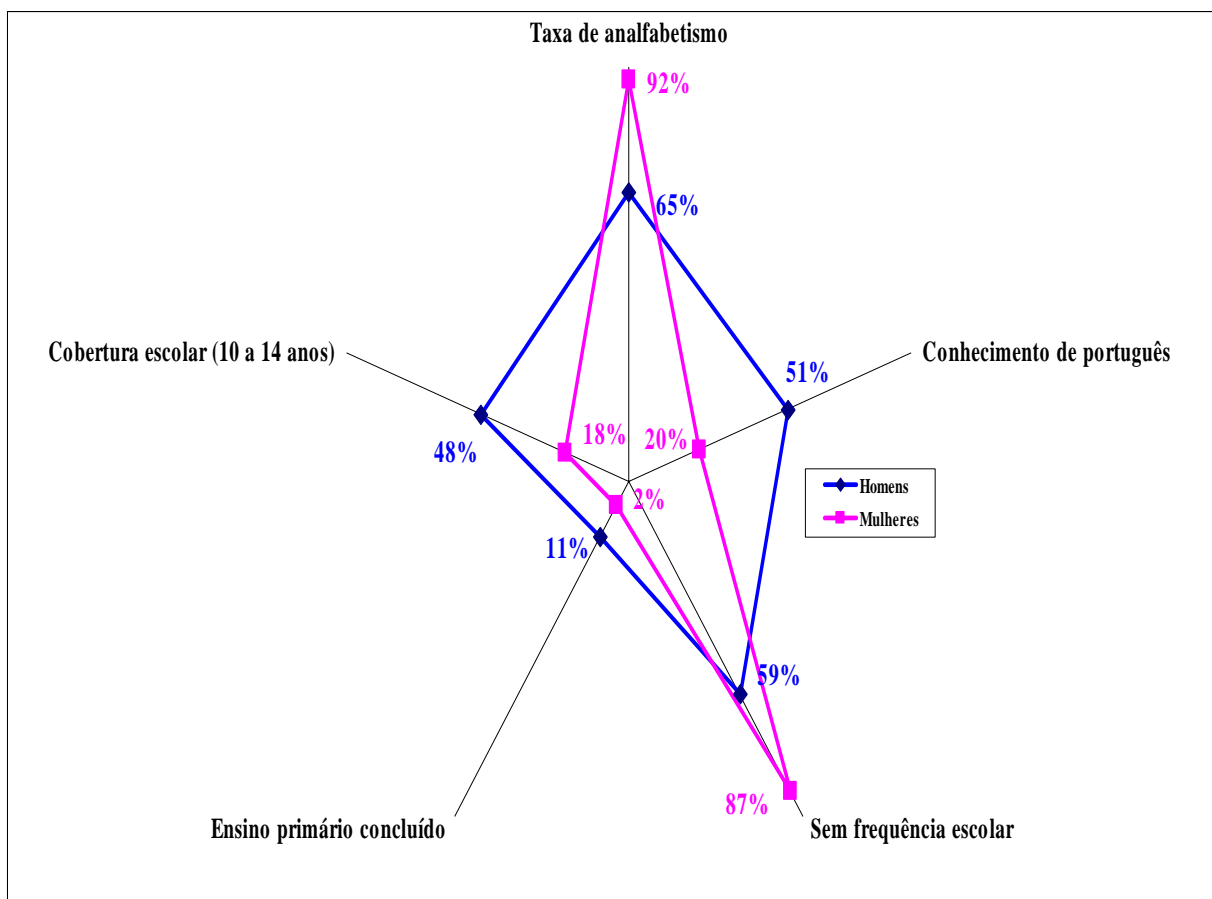
9.1 Educação

Tendo por língua materna dominante o *Elomve*, só 20% das mulheres tem conhecimento da língua portuguesa. A taxa de analfabetismo na população feminina é de 92%, sendo de 65% no caso dos homens.

Das mulheres do distrito com mais de 5 anos, 87% nunca frequentaram a escola e somente 2% concluíram o ensino primário.

A maior taxa de escolarização feminina ocorre no grupo etário dos 10 a 14 anos, em que 17% das raparigas frequentam a escola. Este indicador evidencia o baixo nível escolar e a entrada tardia na escola da maioria das raparigas, sobretudo nas zonas rurais.

FIGURA 9: Indicadores de escolaridade, por sexos



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Guruè

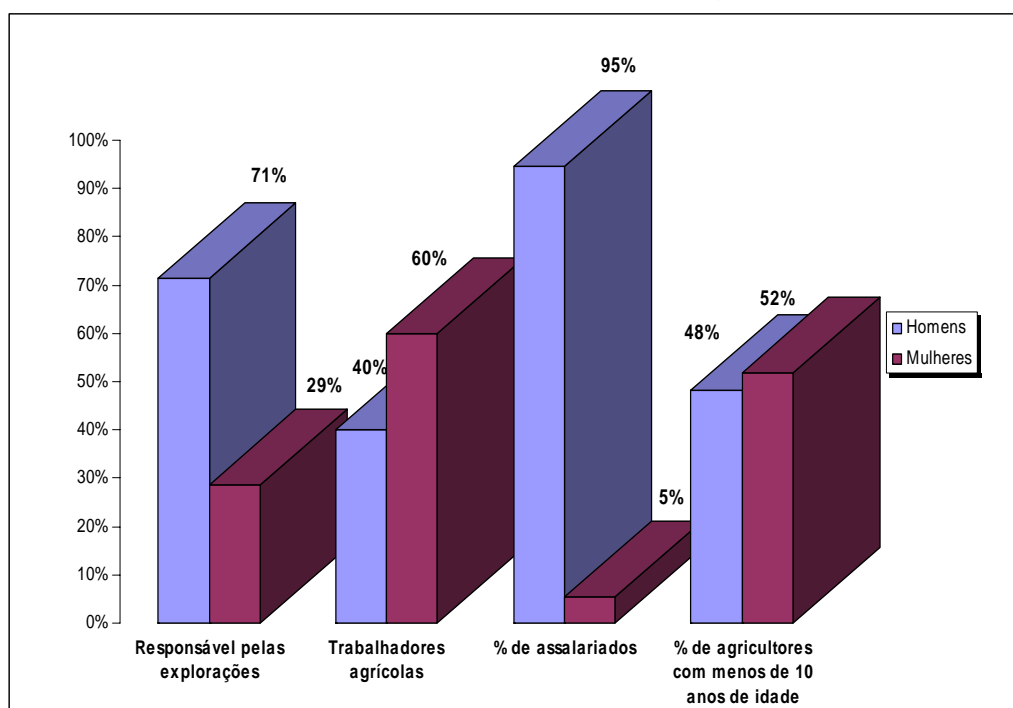


9.2 Actividade económica e exploração da terra

De um total de 83 mil mulheres, 48 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo as que procuram emprego pela 1ª vez, a população activa feminina é de 41 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego de 14% (23% nos homens).

As 32 mil explorações agrícolas do distrito estão divididas em cerca de 75 mil parcelas, na maioria com menos de meio hectare e exploradas, em mais de metade dos casos, por mulheres. De reter, que 36% do total de agricultores são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos, das quais 52% são raparigas.

FIGURA 10: Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

A distribuição das mulheres activas residentes no distrito de acordo com a posição no processo de trabalho e o sector de actividade é a seguinte:

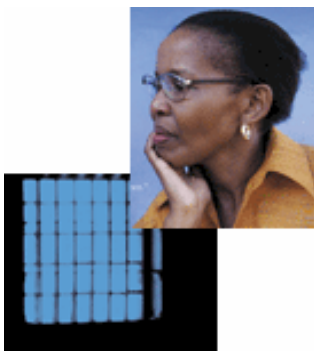
- Cerca de 99% são trabalhadoras agrícolas familiares ou por conta própria; e
- 1% são vendedoras ou empregadas do sector comercial formal e informal.

Nos sectores da educação e da saúde a situação de emprego da mulher é, curiosamente, oposta. Assim, enquanto só 35% dos professores são mulheres, verifica-se que 66% dos técnicos de saúde do distrito são profissionais femininas.

Guruè



9.3 Governação



Ao nível do distrito tem-se privilegiado a coordenação das acções de algumas organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e direitos entre sexos em todos aspectos de vida social e económica, e a integração da mulher no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Esta coordenação recorre a mecanismos de troca de informação, diálogo e concertação da acção, evitando a sobreposição de actividades e racionalizando recursos de forma a melhorar a eficácia e eficiência das acções governamentais e das iniciativas da comunidade e do sector privado. Ao nível do Governo Distrital, dos 57 funcionários existentes, nenhum é mulher.

10 Actividade Económica

10.1 População economicamente activa

A estrutura etária da população reflecte uma relação de dependência económica aproximada de 1:1.1, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 11 pessoas em idade activa.

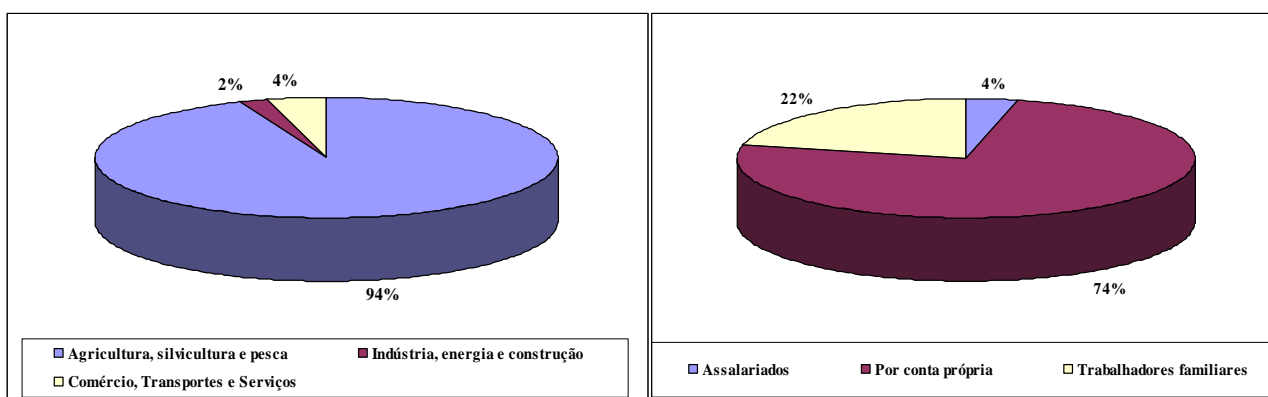
De um total de 160 mil habitantes, 89 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo os que procuram emprego pela primeira vez, a população economicamente activa é de 73 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego de 18%.

Da população activa, 96% são trabalhadores familiares ou por conta própria, na maioria, mulheres. A percentagem de assalariados é somente de 4% da população activa, sendo - de forma inversa, dominada por homens (as mulheres representam apenas 5% do total de assalariados).

A distribuição da população activa segundo o ramo de actividade reflecte a dominância do sector agrário, que ocupa 94% da mão-de-obra do distrito.

Os sectores secundário e terciário ocupam, respectivamente, 2% e 4% dos trabalhadores, sendo dominados pela actividade de comércio formal e informal, que ocupa cerca de 4% do total de trabalhadores e 1% das mulheres activas do distrito.

FIGURA 11: População activa¹⁰, por ramo de actividade, 2005



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

¹⁰ Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

TABELA 15: População activa¹¹, por ramo de actividade, 2005

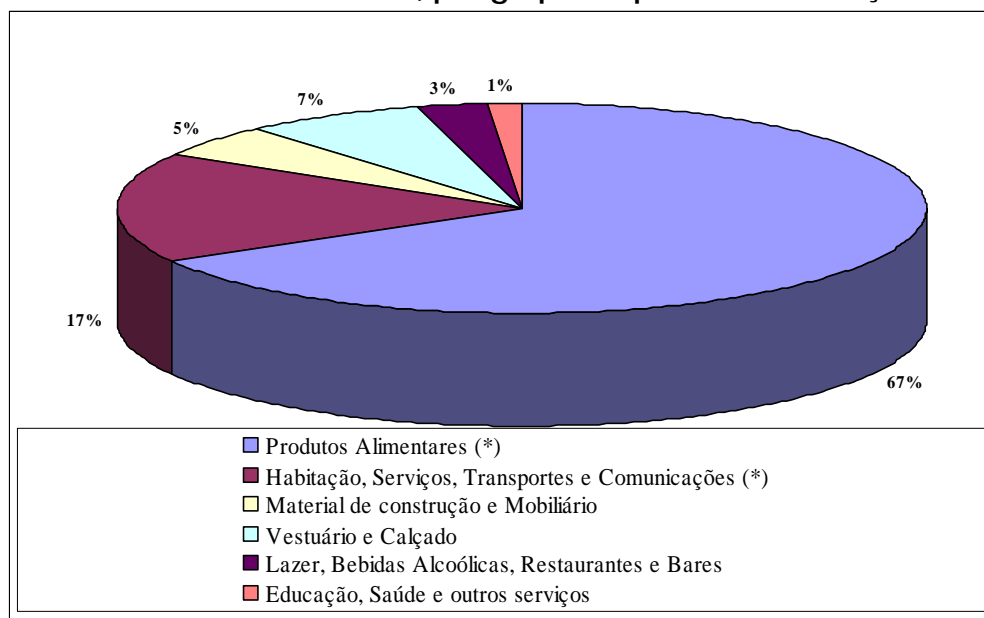
SECTORES DE ACTIVIDADE	TOTAL	POSIÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO						
		Assalariados			Sector Coop.	Por conta própria	Trabalhador familiar	Empresário Patrão
		Total	Estado	Empresas				
DISTRITO DE CHINDE	73.242	3,6%	1,1%	2,5%	0,3%	74,8%	21,3%	0,1%
- Homens	31.819	3,4%	1,1%	2,3%	0,2%	34,1%	5,7%	0,1%
- Mulheres	41.423	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	40,7%	15,6%	0,0%
Agricultura, silvicultura e pesca	68.738	1,6%	0,2%	1,4%	0,2%	71,4%	20,6%	0,0%
Indústria, energia e construção	1.424	0,6%	0,1%	0,5%	0,0%	1,2%	0,1%	0,0%
Comércio, Transportes e Serviços	3.080	1,4%	0,8%	0,6%	0,1%	2,2%	0,5%	0,1%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

10.2 Orçamento familiar

O distrito tem um Índice de Incidência da Pobreza ¹² estimado em cerca de 52% no ano de 2003¹³. Com um nível médio mensal de receitas familiares de 51% em espécie, derivados do autoconsumo e da renda imputada pela posse de habitação própria, a população do distrito apresenta um padrão de consumo concentrado nos produtos alimentares (67%) e nos serviços de habitação, água, energia e combustíveis (17%).

FIGURA 12: Consumo familiar, por grupo de produtos e serviços



(*) Inclui o autoconsumo da produção agrícola e a imputação da renda por posse de habitação própria
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

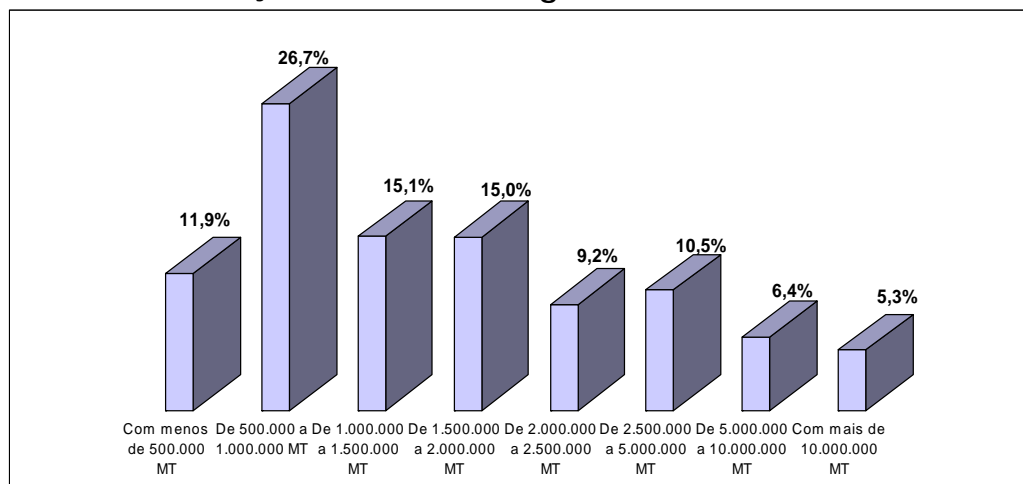
¹¹ Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

¹² O Índice de Incidência da Pobreza (*poverty headcount index*) é a proporção da população cujo consumo *per capita* está abaixo da linha da pobreza.

¹³ Estimativa da *MÉTIER*, a partir de dados do Relatório sobre Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03), DNPO, Gabinete de Estudos do MPF.

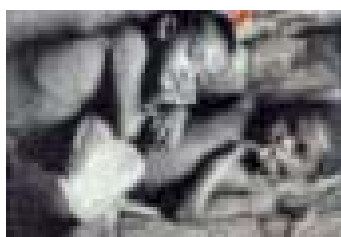
Com variância significativa, a distribuição da receita está concentrada nas classes baixas, com quase 40% dos agregados na faixa de rendimentos mensais inferiores a 1.500 contos.

FIGURA 13: Distribuição das famílias, segundo o rendimento mensal



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

10.3 Segurança alimentar e estratégias de sobrevivência



Este distrito é frequentemente alvo de calamidades naturais que afectam profundamente a vida social e económica da comunidade.

Estes desastres, associados à fraca produtividade agrícola, conduzem . de acordo com vários levantamentos efectuados por entidades credíveis¹⁴ - a níveis de segurança alimentar de risco, estimando-se em 2,5 meses a média de reservas alimentares por agregado familiar de cereais e mandioca, o que coloca cerca de 5% da população do distrito, sobretudo os camponeses de menos posses, idosos e famílias chefiadas por mulheres, numa situação potencialmente vulnerável.

Efectivamente, dadas as tecnologias primárias utilizadas e, consequentemente, os baixos rendimentos das culturas, a colheita principal é, em geral, insuficiente para cobrir as necessidades de alimentos básicos, que só são satisfeitas com a ajuda alimentar, a segunda colheita, rendimentos não agrícolas ou outros mecanismos de sobrevivência.

Nos períodos de escassez, as famílias recorrem a uma diversidade de estratégias de sobrevivência que incluem a participação em programas de "comida pelo trabalho", a recolha de frutos silvestres, a venda de lenha, carvão, estacas, caniço, bebidas e a caça.

¹⁴ Nomeadamente, os Médicos sem fronteira.

As famílias com homens activos recorrem ao trabalho remunerado nas cidades mais próximas, já que as oportunidades de emprego no distrito são reduzidas, dado que a economia ter por base, essencialmente, as relações familiares.

Para atenuar os efeitos desta situação, as autoridades distritais e o MADER lançaram um plano de acção para redução do impacto da estiagem incluindo sementes e culturas resistentes e introdução de tecnologias adequadas ao sector familiar.

As principais organizações que apoiam o distrito, sobretudo aquando de calamidades, são o PMA, o Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais o Programa de Emergência de Sementes e Utensílios, a Save the Children e a Organização Rural de Ajuda Mútua, cuja actuação inclui a entrega de alimentos e a distribuição de sementes e de instrumentos agrícolas, no quadro de programas “*comida por trabalho*”.

10.4 Infra-estruturas de base



Com a entrada em funcionamento de 2 batelões, ligando Chinde a Marromeu, passando pelo Posto Administrativo do Luabo, e o melhoramento de algumas vias internas no âmbito do programa de “Comida pelo Trabalho”, financiado pelo P.M.A. e implementado pela Acção Agrária Alemã/Kulima, pode-se afirmar que a circulação de pessoas e bens melhorou significativamente, pese embora o facto do Distrito necessitar de uma ligação marítima com a Capital Provincial Quelimane.

TABELA 16: Rede de estradas

Estrada	Troço/Km2	Estado de conservação	Tipo de estrada
Chinde/Luabo/Mopeia	140	Trânsito deficitário	Regional
Chinde/Micaúne/Inhassunge a)	65	Intransitável	Terciária
Chinde/Panbane	18	Razoável	Terciária
Chinde/Matilde	30	Razoável	Terciária
Micaúne/Mitange/Arijuane	45	Razoável	Terciária
Micaúne/Magaza	20	Razoável	Terciária

Classificação: EN- Estrada Nacional; ER- Estrada Regional secundária, não alcatroada; NC- Não Classificada, estrada rural terciária.

Tecnologia: M- Mecanizada; O- Trabalho Manual.

Fonte: Administração do Distrito

O mau estado das estradas, resultante do facto de há 20 anos as mesmas não beneficiarem de manutenção, agravado pela queda de algumas pontes nos troços Chinde/Luabo/Mopeia e Chinde/Micaúne/Inhassunge, ao longo do período em análise, tornou a estrada Chinde/Micaúne intransitável e a estrada Chinde/Luabo/Mopeia com

Guruè



trânsito bastante difícil.

O acesso ao Distrito é por outro lado facilitado pela existência de uma pista de aterragem e um porto flúvio-marítimo.

O Distrito conta com uma ligação telefónica através do sistema de rádio VHF, que oferece um serviço razoável de comunicação entre os Distritos, não acontecendo o mesmo na ligação interna e com outras Cidades do País.

Há avanços na rede de comunicação via mensagens, com a instalação de 5 unidades de rádios na Matilde, Chimbazo, Sede do Distrito, Luabo-Sede e Micaúne, além de rádios sectoriais como Saúde, Agricultura, PRM e Grupo Madal. Existem cinco rádio-transmissores e 50 telefones em serviço no distrito.

As fontes de água existentes estão, ainda, aquém de satisfazer as necessidades das populações. Entretanto, há que reconhecer o esforço empreendido de 2000-2004, sendo que durante o período em referência, o Distrito beneficiou-se de mais 31 poços com as respectivas bombas, o que passou a perfazer 55 unidades.

A procura de fontes de abastecimento de água, é sentida com maior preocupação no Posto Administrativo de Micaúne. A vila de Chinde tem um sistema de água canalizada a partir de um furo apetrechado com uma bomba eléctrica.

De acordo com os dados do Censo de 1997, a cobertura de energia eléctrica no distrito é quase nula.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitibilidade.

10.5 Agricultura e Desenvolvimento Rural

A agricultura é a actividade dominante e envolve quase todos os agregados familiares.

10.5.1 Infra-estruturas e equipamento

A situação da infra-estrutura de regadio deste distrito é ensombrada pelo abandono do regadio da Sena Sugar (7.000 ha). O regadio encontra-se abandonado, com todas as infra-estruturas de rega destruídas, bem como aquelas associadas ao regadio,

tendo sofrido danos consideráveis com as várias cheias do rio Zambeze e seus afluentes nas últimas décadas.

Foto 1: Regadio de Sombo



Nota: O regadio de Sombo foi dimensionado considerando o aproveitamento do refluxo das águas fluviais contidas pelas marés enchentes, tendo em conta a altura e variação atingidas pela preia-mar ao longo do ano, conjugada com o caudal fluvial afluente, na rega das regiões estuarinas onde as cotas do terreno possibilitam o alagamento periódico assim ocasionado.

Fonte de dados: Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural – Hidráulica Agrícola, Levantamento dos Regadios na Zona Centro - Fase 3, Volume I, Relatório Final, Junho 2002

Foto 2: Regadio de Matilde-Chacuma

Guruè



PÁGINA 46



Nota: A vala de drenagem principal ao longo da estrada que liga Sombo a Chacuma limita na sua totalidade a parte Ocidental da área e comunica por comportas a montante e jusante com os rios Runguine (mucuro) e o rio Chinde respectivamente, neles drenando as águas em excesso.

Fonte de dados: Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural – Hidráulica Agrícola, Levantamento dos Regadios na Zona Centro - Fase 3, Volume I, Relatório Final, Junho 2002

10.5.2 Produção agrícola e sistemas de cultivo

De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais. A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, nem sempre bem sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas. Algumas famílias empregam métodos tradicionais de fertilização dos solos como o pousio das terras, a incorporação no solo de restos de plantas, estrume ou cinzas. Para além das questões climáticas, os principais constrangimentos à produção são as pragas, a seca, a falta ou insuficiência de sementes e pesticidas.

O sistema de produção predominante nos solos de textura pesada e mal drenados é a monocultura de arroz pluvial (na época chuvosa) seguida por batata doce em regime de camalhões ou matutos (época fresca), enquanto que nos solos moderadamente bem drenados predominam as consociações de milho, mapira, mexoeira, mandica e feijões nhemba e boere. Algodão e cana de açúcar são culturas de rendimento, produzidas em regime de monoculturas. Este sistema de produção é ainda

Guruè



complementado por criações de espécies como gado bovino, caprino, e aves.

As cheias que assolaram o distrito em 2000/01 foram devastadoras, levando a perdas significativas na campanha agrícola e afectando grande parte da população do distrito. Somente em 2003, após o período de seca e estiagem que se seguiu e a reabilitação de algumas infra-estruturas, se reiniciou timidamente a exploração agrícola do distrito e a recuperação dos níveis de produção.

TABELA 17: Produção agrícola, por principais culturas: 2000-2003

Principais Culturas	Campanha 2000/2001		Campanha 2001/2002		Campanha 2002/2003	
	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)
Milho	6.083	9.866	12.313	12.313	10.645	12.330
Arroz	2.968	3.804	1.937	3.390	4.060	4.872
Mapira	1.770	1.180	1.346	1.346	2.308	1.303
Amendoim	900	919	1.135	1.135	1.790	1.318
Mandioca	10.268	47.820	55.336	55.336	14.209	57.220
Feijões	1.868	1.290	1.022	1.022	2.280	1.309
Batata Doce	1.995	4.987	5.206	5.206	1.641	6.436
Algodão caroço	155	347	133	249	133	239
Copra	0	447	0	1.661	0	500
Castanha de cajú	0	1.247	0	2.100	0	1.800
TOTAL DO DISTRITO	26.035	72.174	78.467	83.797	37.094	87.387

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial de Agricultura

10.5.3 Pecuária

O fomento pecuário no distrito tem sido fraco. Porém, dada a tradição na criação de gado e algumas infra-estruturas existentes, verificou-se algum crescimento do efectivo pecuário. Dada a existência de áreas de pastagem, há condições para o desenvolvimento da pecuária, sendo as doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão, os principais obstáculos ao seu desenvolvimento. Os animais domésticos mais importantes para o consumo familiar são as galinhas, os patos e os cabritos, enquanto que, para a comercialização, são os bois, os cabritos, os porcos e as ovelhas.

10.5.4 Pescas, Florestas e Fauna bravia

Os mangais são uma importante fonte de fornecimento de lenha para os agregados familiares do distrito de Chinde.

O distrito tem mangueiras, papaieiras, cajueiros e bananeiras. Os maiores constrangimentos da silvicultura são a falta de sementes e as cheias.

Guruè



PÁGINA 48

O desflorestamento e a erosão dos solos são problemas que afectam sobremaneira o distrito de Chinde.

No âmbito das Florestas e Fauna Bravia, há a registar avanços na contenção da erosão dos solos, com o plantio de mais de 6.000 mudas de espécies de mangal e casuarinas.

A fauna bravia não tem grande importância em termos de turismo. A pesca constitui outra fonte de alimentação e de rendimento para as famílias, encontrando-se registados 400 pescadores de pequena escala neste distrito costeiro. A pesca é importante para os agregados familiares de Chinde, quer como fonte directa de alimento, quer como fonte de rendimento.

10.6 Indústria, Comércio e Serviços

A pequena indústria local (pesca, carpintaria e artesanato) surge como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade.

A maior instalação industrial no distrito de Chinde era a refinaria de açúcar da Sena Sugar Estates. Existem, ainda, cinco moagens operacionais (4 sediadas no PA do Luabo e 1 na Sede do distrito) e uma serração (inoperacional). Com a destruição da fábrica de açúcar do Luabo, o distrito ficou desprovido de actividade industrial de vulto o que, conseqüentemente, abalou o seu desenvolvimento económico e social. A Empresa Grupo Madal, possui um extenso palmar e gado bovino.

A integração do distrito nos circuitos comerciais é fraca. Existem ligações comerciais esporádicas, por via marítima, com Quelimane, a capital da província. Conseqüentemente, os produtos locais são geralmente comercializados nos mercados de Chinde e Luabo e, ocasionalmente, em Marromeu, na outra margem do rio Zambeze.

Existem 44 comerciantes registados, estando 35 estabelecidos em áreas rurais e nove em áreas urbanas. Existem ainda três restaurantes e um armazém distrital.

No período que vai de 2000 à 2004, constituíram principais actividades o levantamento da rede comercial, a reabilitação dos edifícios, a formulação e o encaminhamento de pedidos de financiamento ao F.A.R.E. Dos 14 pedidos submetidos, 8 já beneficiaram de financiamento. Foram reabilitados 2 estabelecimentos comerciais.

Na área do Turismo, em coordenação com as autoridades administrativas da base e as comunidades, foram identificados locais com interesse turístico, tendo a informação sido posteriormente encaminhada à Direcção Provincial do Turismo. Durante o

período em análise, registou-se uma afluência sempre crescente de Turistas na Reserva do Bravio Marinha SAFARI, no Posto Administrativo de Micaúne.

O distrito não dispõe de um sistema formal de crédito e o Banco Austral é a única dependência bancária do distrito.

Guruè



Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito do Chinde

(Fonte de dados: Direcção Nacional da Administração Local)

Nº	Nome completo	Designação Local de Aut. Comunitária	Sexo	Área de Jurisdição			Data de Reconhecimento
				Posto Administrativo	Localidade	Aldeia/Povção	
1	Chinde Murreto Maaфуca	Régulo	M	Sede	Sede	Faina	25/6/02
2	Salomão Maulano Mpasso	Secretário do Bairro	M	Sede	Sede	Faina	25/6/02
3	Ranquem A. Condoeira	Régulo	M	Luabo	Nzama	Caixe	11/7/02
4	Abrão Jasse Sarifo	Secretário do Bairro	M	Luabo	Nzama	Caixe	11/7/02
5	Pincho Rosse Bonde	Régulo	M	Micaúne	Nhamatamanga	Nhamatamanga	21/7/02
6	Cabaço Viano Chiringusa	Secretário do Bairro	M	Micaúne	Nhamatamanga	Nhamatamanga	21/7/02
7	Joaquim Mapanta Mpomba	Secretário do Bairro	M	Luabo	25 de Setembro	Chimbazo	17/10/02
8	Marcelino S. Figueredo	Régulo	M	Sede	25 de Setembro	Chimbazo	17/10/02
9	Raquela Sunhilsí Tambo	Régulo	F ?	Sede	Sede/Chinde	Jorge	04/04/02
10	Raúl Mamundo Tambo	Secretário do Bairro	M	Sede	Sede/Chinde	Jorge	04/04/02
11	Francisco A. D. Tongué	Régulo	M	Sede	Matide	Tongué	09/04/02
12	Zeca Maryins M. Mugaua	Secretário do Bairro	M	Sede	Matide	Tongué	09/04/02
13	Culale João Chembe	Régulo	M	Sede	Matide	Muiemba	09/04/02
14	Domingos Albino Gema	Secretário do Bairro	M	Sede	Matide	Muiemba	09/04/02
15	Bernardo Manuel Nhongo	Secretário do Bairro	M	Sede	Samora Machel	Bento "B"	18/07/03
16	Luís João Maurício	Régulo	M	Sede	Samora Machel	Bento "B"	18/07/03



Documentação consultada

- Administração do Distrito, *Balanço de Actividades Quinquenal para a 4ª Reunião Nacional, 2004.*
- Administração do Distrito, *Perfil Distrital em resposta à metodologia da MÉTIER, 2004.*
- Direcção de Agricultura da Província da Zambézia, *Balanço Quinquenal do Sector Agrário da Província de Zambézia, Maio 2004.*
- Direcção de Agricultura da Província da Zambézia, *Plano de Desenvolvimento do Sector Agrário da Província de Zambézia, 2002.*
- Direcção Provincial da Educação da Zambézia, *Relatório de Actividades, 2004.*
- Direcção Provincial de Saúde da Zambézia, *Relatório de Actividades, 2004.*
- District Development Mapping Project, *Perfil Distrital, 1995.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico da Província da Zambézia, 2001.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Anuários Estatísticos, 2000 a 2003.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Censo agro-pecuário, 1999-2000.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Inquérito às Receitas e Despesas dos Agregados Familiares, 2003 e 1997.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Recenseamento da População de 1997.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas Sociais e Demográficas, CD, 2004.*
- J. du Toit, *Provincial Characteristics of South Africa, 2002.*
- Lourenço Rodrigues, MSc, *Experiência de Planificação Distrital de Alto Molocué, 1986.*
- MÉTIER,Lda, *Folhas Informativas dos 33 Municípios, 2000 e 1997.*
- MÉTIER,Lda, *Moçambique: Crescimento e Reformas, 2003..*
- MÉTIER,Lda, *Perfil de Descentralização de Moçambique, 2004.*
- Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural – Hidráulica Agrícola, *Levantamento dos Regadios, Relatório Final, Junho 2002.*
- Ministério da Educação, *Estatísticas Escolares, 2000 a 2003.*
- Ministério da Saúde, Direcção de Planificação e Cooperação, *Perfil*

Estatístico Sanitário da Província da Zambézia, 2004.

Ministério do Plano e Finanças e Ministério da Administração Estatal, *Orientações para a elaboração dos Planos Distrais de Desenvolvimento, 1998.*

Ministério do Plano e Finanças, *Balanço do Plano Económico e Social de 2003, 2004.*

Ministério do Plano e Finanças, Gabinete de Estudos, DNPO, *Relatório sobre Pobreza e Bem-estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03).*

Ministério do Plano e Finanças, *Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta (2001-2005), Conselho de Ministros, 2001.*

UN System, *Mozambique Common Country Assessment, 2000.*

UN System, *Mozambique – Millennium Development Goals, 2002.*

UNDAF, *Mozambique - Development assistance Framework, 2002-2006.*

UNDP, *Governance and local development, 2004.*

UNDP, *Poverty and Gender, 2004.*

UNDP, *Relatórios Nacionais do Desenvolvimento Humano, 1998 a 2001.*

UNDP, *Rural Regions: Overcoming development Disparities, 2003.*

UNDP, *Sustained local development, Senegal, 2004.*

Unidade de Coordenação do Desenvolvimento Integrado de Nampula, *Brochura Distrital e Municipal, 2003.*

Ville de Gatineau, Canadá, *Profil Economique, 2004.*

World Bank, *Poverty Monitoring Toolkit, 2004.*

World Bank, *Social Analysis Sourcebook, 2003.*

Série: Perfis Distritais
Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal
Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local
Copyright © Ministério da Administração Estatal
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.metier.co.mz>
Copyright © MÉTIER, Lda



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL

Série “Perfis Distritais de Moçambique”

Edição 2005